

ATA DA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA, EM 10-02-2016.

Aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, respondida por Airto Ferronato, Bernardino Vendruscolo, Cassio Trogildo, Cláudio Janta, Dinho do Grêmio, Fernanda Melchionna, João Carlos Nedel, Jussara Cony, Kevin Krieger, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Reginaldo Pujol, Séfora Gomes Mota, Sofia Cavedon e Tarciso Flecha Negra. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, compareceram Alberto Kopittke, Delegado Cleiton, Dr. Goulart, Dr. Raul Fraga, Dr. Thiago, Elizandro Sabino, Eng^o Comassetto, Idenir Cecchim, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mario Manfro, Nereu D'Avila, Prof. Alex Fraga, Rodrigo Maroni e Waldir Canal. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo n^o 289/15 (Processo n^o 2888/15), de autoria de Cassio Trogildo; o Projeto de Lei do Legislativo n^o 296/15 (Processo n^o 2944/15), de autoria de Dr. Raul Fraga; o Projeto de Lei do Legislativo n^o 003/16 (Processo n^o 0045/16), de autoria de Marcelo Sgarbossa; e o Projeto de Lei do Legislativo n^o 297/15 (Processo n^o 2945/15), de autoria de Waldir Canal. Em prosseguimento, foi apregoado Requerimento de autoria de Idenir Cecchim, Líder da Bancada do PMDB, solicitando Licença para Tratamento de Saúde para Professor Garcia, do dia quatro de fevereiro ao dia três de abril do corrente, tendo o Presidente declarado empossado na vereança o suplente Dr. Raul Fraga. Na oportunidade, foram apregoadas Declarações de autoria de Idenir Cecchim, Líder da Bancada do PMDB, informando o impedimento dos suplentes Lindomar Antonio Possa e André de Oliveira Carús em assumir a vereança do dia quatro de fevereiro ao dia três de abril do corrente. Após, por solicitação de João Carlos Nedel e Idenir Cecchim, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Achylles Chiappin e a Adelino Lopes Neto, respectivamente. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Márcio Bins Ely, Cláudio Janta, Jussara Cony, esta duas vezes, Mônica Leal, Sofia Cavedon, Reginaldo Pujol, Dr. Goulart, Idenir Cecchim e Fernanda Melchionna. Em prosseguimento, foi apregoado documento de autoria de Airto Ferronato, informando que, a partir do dia dez de fevereiro do corrente, Paulinho Motorista e Airto Ferronato passarão a exercer os cargos de Líder e Vice-Líder, respectivamente, da Bancada do PSB. Às quinze horas e vinte minutos, constatada a existência de quórum, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Após, foi apregoada a Emenda n^o 01, assinada por Márcio Bins Ely, ao Projeto de Lei do Legislativo n^o 104/15 (Processo n^o 1206/15), e foi aprovado Requerimento de autoria de Márcio Bins Ely, solicitando que essa Emenda fosse dispensada do envio à apreciação de Comissões Permanentes. Ainda, foi apregoada a Emenda n^o 03, assinada por Márcio Bins Ely, ao Projeto de Lei do Legislativo n^o 046/14 (Processo n^o 0552/14), e foi aprovado Requerimento de autoria de Márcio Bins Ely, solicitando que essa Emenda fosse dispensada do envio à apreciação de Comissões Permanentes. Também, foram

apregoadas as Emendas nºs 02 e 03, assinadas por Cláudio Janta, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 067/15 (Processo nº 0791/15). Em Discussão Geral e Votação Nominal, esteve o Projeto de Lei do Legislativo nº 078/15 (Processo nº 0878/15), com Veto Total, o qual, após ser discutido por Alberto Kopittke, Dr. Thiago, Reginaldo Pujol, Nereu D'Avila, Engº Comassetto, Tarciso Flecha Negra, Alberto Kopittke, Fernanda Melchionna, Cláudio Janta, Dr. Raul Fraga, Jussara Cony, Sofia Cavedon e Mônica Leal e encaminhado à votação por Cláudio Janta, Alberto Kopittke e Reginaldo Pujol, teve sua votação suspensa, em face da inexistência de quórum deliberativo. Durante a apreciação do Projeto de Lei do Legislativo nº 078/15, Mauro Pinheiro cedeu seu tempo de discussão a Alberto Kopittke. Na oportunidade, foi apregoado documento de autoria de Prof. Alex Fraga, informando seu retorno ao exercício da vereança a partir do dia dez de fevereiro do corrente. Às dezessete horas e três minutos, constatada a inexistência de quórum, em verificação solicitada por Cassio Trogildo, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para sessão extraordinária a ser realizada a seguir. Os trabalhos foram presididos por Cassio Trogildo e secretariados por Paulo Brum. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Professor Garcia solicita Licença para Tratamento de Saúde no período de 04 de fevereiro a 03 de abril de 2016. A Mesa declara empossado o Suplente, Ver. Dr. Raul Fraga, em função da impossibilidade de os Suplentes André de Oliveira Carús e Lindomar Antonio Possa assumirem a Vereança.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Frei Achylles Chiappin, psicólogo, escritor e sacerdote católico da Ordem dos Capuchinhos.

O SR. IDENIR CECCHIM (Requerimento): Sr. Presidente, só para que fique registrado nos autos, solicito que esse minuto de silêncio seja também dedicado ao Sr. Adelino Lopes Neto, ex-diretor do DMLU, que também teve seu passamento neste final de semana.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Deferimos os pedidos.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Sr. Presidente, Ver. Cassio Trogildo, na pessoa de V. Exa. cumprimento os Vereadores e Vereadoras, o público que nos assiste

nas galerias, pela TV Câmara, senhoras e senhores, venho a esta tribuna para fazer uma referência. Ontem estivemos participando do desfile das campeãs do carnaval e nesta oportunidade estiveram lá também o Ver. Pujol, Ver. Delegado Cleiton, nosso Secretário, Ver. Marcantônio e tantas outras autoridades, o Prefeito de Gravataí, e dizer que, realmente, em que pese toda a crise - uma série de municípios do Interior do Estado cancelou as atividades carnavalescas -, acho que Porto Alegre está de parabéns, Ver. Pujol. E eu quero também aqui cumprimentar, especialmente, a Imperatriz Dona Leopoldina, campeã; a Império do Sol, campeã do “grupão” e todas aquelas outras escolas que, de uma forma ou de outra, também abrilhantaram o carnaval de Porto Alegre, as campeãs, as vice-campeãs, os 3º, 4º, 5º, 6º lugares. Todas lá foram homenageadas, porque, realmente, a gente sabe da dificuldade que é colocar uma escola de samba na avenida. Todo ano é um compromisso. E que bom que o nosso Prefeito Fortunati e o Vice-Prefeito tiveram a sensibilidade de manter e garantir a realização do carnaval de Porto Alegre. E quero dizer mais, eu entendo que a cultura e o esporte, Ver. Dr. Raul Fraga, são fatores relevantes e importantes que dizem respeito também à inclusão social. Porque um jovem, Ver. Pablo, que está ali envolvido em aprender a costurar, em fazer uma fantasia, em organizar um carro de som, que está ensaiando numa bateria, que está ali afinando, ajustando um instrumento, esse jovem está com a cabeça ocupada, ele está ali preparando a escola de samba, que ele faz por amor, por tradição, porque a sua família inteira está envolvida. As nossas escolas de samba, elas têm essa característica da comunidade. Nós temos a Restinga, que é a comunidade da Restinga; a Imperatriz é a comunidade do Rubem Berta, está aqui a Ver.^a Jussara Cony que também foi vista na telinha, campeã, comemorando. Então, a gente tem essa característica, a Vila do Iapi, todas as escolas de samba têm a sua comunidade; elas estão inseridas na comunidade e cultura. Eu digo e reafirmo aqui, o investimento na cultura é diretamente proporcional a esta questão da inclusão social, assim como é também no esporte. Aquele jovem que está na capoeira, que está no judô, que está jogando bola, que está jogando vôlei, que está jogando basquete, que está envolvido numa atividade esportiva no contraturno ou que está envolvido numa atividade cultural, aprendendo a dançar, aprendendo a sambar, tem, inclusive, noções, Ver. Cecchim, de disciplina e hierarquia. Porque isso é um alinhamento, é um alinhamento de postura, de afastamento, tem horário para entrar e para sair na avenida.

Então, todo esse regramento é muito importante, e a cultura carnavalesca no nosso País está enraizada e que bom que Porto Alegre tem o Complexo Cultural do Porto Seco. Claro que ainda não deu para fazer a arquibancada, mas a arquibancada, Ver. Tarciso, custa R\$ 90 milhões; por enquanto, vamos fazendo do jeito que dá, no andaime. O que não pode é ter justificativa para não ter o carnaval e que bom que Porto Alegre teve um belíssimo carnaval, dando e mostrando para todo o País um exemplo de organização, de trabalho, de criatividade.

Então, fica aqui o nosso reconhecimento, faço uso desta tribuna em tempo de Liderança em nome do meu partido, representando aqui os Vereadores Nereu D’Avila, João Bosco Vaz, Dr. Thiago, Delegado Cleiton, e em meu nome, para fazer esta homenagem a todos aqueles que, de uma forma ou outra, colaboraram com o

carnaval para que ele acontecesse, para que ele estivesse ali, com todas as dificuldades da crise financeira que assola todo o País, o Rio Grande do Sul e Porto Alegre também, mas que foram com brilho no olho, com entusiasmo, de cabeça erguida, de peito estufado para fazer a sua contribuição para a cultura carnavalesca gaúcha. Fica aqui o nosso reconhecimento, especialmente, às escolas campeãs, àquela senhora que faz a costura da lantejola na fantasia, ao porta-bandeira, ao porta-estandarte, à bateria, a todos aqueles envolvidos, de uma forma ou de outra, neste grande espetáculo que foi e que é o carnaval de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, população de Porto Alegre, principalmente, que estava apreensiva, como em todo o início de ano, com a função dos rodoviários de Porto Alegre que estavam em negociações da campanha salarial. Na véspera do carnaval, na quinta-feira à noite, o Sindicato dos Rodoviários aprovou a sua pauta, aprovou o seu acordo, a sua convenção, e conseguiram a reposição da inflação, uma coisa que tem sido difícil para algumas entidades sindicais, várias entidades têm até parcelado a reposição da inflação, e os rodoviários de Porto Alegre conseguiram repor essa inflação em apenas uma vez e ainda conseguiram um aumento real. Conseguiram o tíquete-refeição que eles recebem nas férias – de 26 dias de férias –, conseguiram manter as cláusulas econômicas e sociais, principalmente a questão do plano de saúde, e a questão do cobrador, uma reivindicação grande da categoria, de manter a função do cobrador de ônibus. O Sindicato dos Rodoviários de Porto Alegre e o Sindicato das Empresas de Ônibus de Porto Alegre entraram em acordo e o fecharam, na véspera do carnaval, trazendo tranquilidade para a população de Porto Alegre. Foi uma grande conquista, uma grande vitória dos trabalhadores rodoviários de Porto Alegre que alcançaram o seu reajuste, e também alcançaram, neste momento muito difícil que os trabalhadores vêm passando, momento de arrocho, de recessão, de desemprego, um aumento real, mantiveram as suas cláusulas econômicas e sociais, principalmente a questão do plano de saúde e a questão de cláusulas que mantêm o emprego dos cobradores de ônibus de Porto Alegre.

Uso este tempo de liderança do meu partido para trazer à discussão outro tema: nesse período de festas, período de carnaval, em que chama atenção a vitória da Imperatriz Dona Leopoldina, que não aparecia como favorita, mas ganhou o título do carnaval de Porto Alegre, também chama atenção uma matéria que saiu no jornal Zero Hora de ontem, terça-feira de carnaval – também saiu em outros jornais, como o jornal Folha de S. Paulo, e em toda a imprensa –, que muitas pessoas não viram, mas sobre a qual nós estamos atentos, porque nos interessa muito: programas sociais do Governo Federal perderam recursos. Isso a gente vem falando e denunciando aqui na tribuna. Programas importantes, principalmente os programas da Pátria Educadora, perderam

recursos. Na semana passada, ainda falei aqui que mais de 500 doutores, mais de 500 professores da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS foram demitidos, sem falar das outras universidades. Então oito dos nove programas sociais perderam recursos, entre eles o Minha Casa, Minha Vida, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, o Programa de Financiamento Estudantil, o Programa Universidade para Todos, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Programa Luz para Todos, o Bolsa Família e uma série de outros programas. Então eu quero dizer, quanto às questões do povo brasileiro, que, além do arrocho, da recessão e do desemprego, que vêm aumentando a cada dia, os programas sociais, que eram a menina dos olhos deste Governo, vêm perdendo recursos. Mas, agora, pode-se dizer, foram 95% desses programas que perderam esses e grandes recursos, principalmente para o Pátria Educadora. Mas com muita força, fé e solidariedade, nós vamos tentar de todas as formas botar esse Governo nos trilhos, botar...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, venho a esta tribuna em nome do PCdoB, que é um dos amores da minha vida, para falar de outro amor da minha vida: o carnaval, a maior festa da cultura popular e que é a minha, a tua, a nossa Imperatriz Dona Leopoldina. Saímos da avenida hoje como campeãs, às 7h30min. Antes de mais nada, quero dizer que saio na avenida como baiana da Imperatriz há 25 anos. Quero agradecer aos colegas Vereadores e Vereadoras que deram a sua contribuição, o que permitiu finalizar as fantasias da ala das baianas fazendo com que saíssemos a caráter e lindas na avenida, cumprindo a tradição do que significa uma ala de baiana em uma escola de samba.

Vou falar da subestimação feita pelo Grupo RBS, Globo, às escolas que saíram na sexta-feira, porque seriam escolas inexpressivas. Pois esta foi a campeã do carnaval: Imperatriz Dona Leopoldina e a Acadêmicos de Gravataí, vice-campeã. As duas que desfilaram na sexta-feira. A inexpressividade dita pela hegemonia da mídia, tem como contraponto a comunidade, porque nós somos escolas de comunidade. Assim como a Restinga, Ver. Pujol, a que V. Exa. participa.

Trago aqui o que escrevi na madrugada, quando voltei para minha casa e que sempre foi um minibarracão da Imperatriz, entre lágrimas, alegria e muita inspiração que veio com muita luz, não tenho dúvida, por aquele que foi motivo da nossa homenagem, o grande poeta brasileiro, cantor, João Nogueira, homenageado, através de seu filho que esteve conosco na Avenida, e que, inclusive, participou da nossa harmonia, cantando, como nosso intérprete nota dez, que é o Alexandre Belo.

Então, do meu coração, para a riqueza da cultura popular, porque não existe no mundo maior cultura popular do que a cultura que o Brasil expressa, que é o carnaval. E vou entremear com alguns versos dos poetas compositores, da vila, da comunidade do Rubem Berta, da Imperatriz, da comunidade da Zona Norte, do Leopoldina. Ó abre-alas que a Imperatriz chegou/ Firma o batuque que o samba vai começar/ Bate palma na mão/ Meu canto é forte, é noqueira/ Nó na madeira. Subestimaram, a mídia hegemônica subestimou, mais uma vez, a força e o canto forte de um povo de comunidade. Seguem os versos e a poesia da Imperatriz. Ó redentor! Iluminai a minha inspiração/ Meus versos traduzindo a poesia/ Refletindo o poder da criação/ O poder da criação é poder do poeta/ É uma das pérolas da música popular brasileira/ Escrita pelo João Nogueira/ Refletindo o poder da criação/ Seguindo teus passos/ Eu vou me espelhar/ A vida voa/ O tempo vai/ A saudade resgata o orgulho de ser igual a você/ Meu pai, dizia Diogo para João. Subestimaram, mais uma vez, o poder da criação! O significado de um filho se espelhar em seu pai, não para oprimir, mas para, através da poesia e da música, da cultura do seu País, libertar, porque, carnaval, poesia, música, cultura popular é liberdade! Eu vou pedir aos meus colegas de oposição, se possível, Fernanda e Comassetto, que eu possa, depois, que terminar o meu tempo, continuar. Agradeço a vocês, que foram companheiros de sempre na luta de nossa Imperatriz. Como poetou João: Não, ninguém faz samba só porque prefere/ Força nenhuma no mundo interfere sob o poder da criação/ A criação do poeta/ A criação do músico/ A criação do intérprete/ A criação das baianas girando na avenida/ A criação da nossa bateria, da nossa harmonia/ A criação dos nossos assistas/ A criação da comunidade. Chega agora o Ver. Kopittke que foi um que nos deu a honra de desfilar conosco na ala de convidados. Sigo com os versos da Imperatriz: “Gira coroa [que é o nosso símbolo]! Deixa girar!/ Uma só voz a perpetuar/ Um samba em oração, o amor é a razão/ Verdadeira...”

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Jussara Cony prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

A SRA. JUSSARA CONY: Sigo, então, com o tempo de liderança de oposição, agradecendo os meus colegas. Dizia que subestimaram, mais uma vez, a tradição de pai para filho em melodias, em poesias, em lágrimas, em trabalho, em ensino e aprendizado, em sangue, suor e alegria. E a poesia do nosso samba continua: “Um ‘ser de luz clareou’/ Portela [que era a escola de João Nogueira e é a de Diogo] ... eterna tradição!/ Da malandragem, da boemia carioca/ Nos gramados, o gol, a paixão [o João era Flamengo, e o Diogo é Flamengo]/ Uma história em melodias/ O clube do samba foi até de manhã...” A mídia hegemônica subestimou o significado da cultura popular, o significado da espiritualidade que estava ali naquele momento e em todos os momentos, desde a confecção da primeira fantasia, desde as correrias no barracão para

entregar as fantasias na hora da concentração. Subestimaram todos aqueles que conduziram essa Imperatriz. Aqui eu quero fazer uma referência a dois homens e a uma mulher: ao nosso ex-Presidente Maurício, que foi o diretor de carnaval, e ao nosso atual Presidente Victor Hugo, que já foi presidente da nossa escola em outros momentos e que voltou resgatando o significado da comunidade da Imperatriz; e a uma mulher, a ex-Conselheira Tutelar, fundadora da escola, a Carmen Lopes, conhecida de todos nós, uma liderança da Zona Norte, que foi incansável no processo de garantir à nossa escola a maneira que saiu, que se apresentou e que viveu esse samba com emoção. Subestimaram, mais uma vez, as histórias da Imperatriz, as melodias, a cultura popular, a espiritualidade – com a presença espiritual de João Nogueira –, o samba, o futebol, as histórias e melodias, os clubes de samba deste Brasil, cuja maior riqueza é a sua diversidade humana e cultural representada não só na Imperatriz, mas em todas as escolas de samba, nas nossas tribos, nos blocos, em todos aqueles que lutam; a comunidade que luta o ano inteiro, que trabalha. Muitos saíram ontem da avenida, Ver. Pujol, para irem diretamente para o seu trabalho, com a fantasia na mão. Então, é essa a homenagem, esses são os clubes de samba, essa é a maior riqueza da diversidade humana e da cultura do nosso País, que é expressa no carnaval. E volta o nosso samba, vem com a raiz nos acordes do samba, com a comunidade cantando feliz, e a Dona Leopoldina é a voz do samba - canta minha Imperatriz! Subestimaram, mais uma vez, uma escola e uma comunidade que têm um lema que é cantado, às vezes, aos prantos na passarela do samba, e Carlos Alberto Barcellos, o Roxo, que muita gente se esqueceu, é o nome daquela passarela, esse eterno carnavalesco, esse homem que fez história no carnaval de Porto Alegre. Pois subestimaram aqueles que, como nós, passaram aos prantos nas passarelas do samba e da vida, com a Imperatriz dizendo: “Imperatriz, superação é tua sina!” Nós nos superamos, Ver. Dr. Raul. E eu agradeço muito aos meus colegas Vereadores que ajudaram nisso. Subestimaram por uma razão concreta: uma mídia hegemônica que despreza a força de um povo, que luta por direito e democracia, e que faz da sua cultura diversa, linda, exuberante, o fator de soberania nacional. E essa mídia faz o que for preciso, mesmo sendo concessão pública, para esconder os que vão para a luta, não para aparecer em suas telas que segregam, e, sim, para conclamar a unidade em defesa da maior expressão cultural do mundo, e a construção de uma Nação livre de toda e qualquer forma de opressão. Ali estavam oprimidos na busca da libertação. Salve João Nogueira. Salve Diogo Nogueira. Salve comunidade de Imperatriz Dona Leopoldina. Salve...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

A SRA. JUSSARA CONY: ...Salve o carnaval de Porto Alegre. Salvem todos aqueles que constroem o carnaval. O abraço da Imperatriz a todas as escolas de samba. Salve a liberdade de não depender da hegemonia para ser campeã do carnaval, mas na garra, no amor, no trabalho, no poder da criação, que é o poder de criação de

todo povo brasileiro. Meus queridos Vereadores e Vereadoras, comemoremos a vitória da Imperatriz e comemoremos as vitórias de todas as escolas que, historicamente, passam na avenida para mostrar o seu carnaval com luta, com sacrifício, não para aparecer em televisão, porque o carnaval é feito lá, na comunidade, pelo povo. Salve o carnaval de Porto Alegre! Há problemas, mas na avenida nós fizemos a festa.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Mônica Leal está com palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. MÔNICA LEAL: Sr. Presidente, Vereadores, Vereadoras que nos acompanham nesta Sessão, confesso a vocês que pensei muito antes de utilizar esta tribuna, porque não poderia, de forma alguma, iniciar os meus trabalhos na tribuna da Casa, que representa o povo de Porto Alegre, sem fazer um desabafo, sem compartilhar da minha preocupação em relação ao que tenho visto, assistido, acompanhado sobre segurança pública, sobre a violência que assola o nosso Estado, que tomou conta do País, porque não dizer assim. Eu tenho falado, repetidamente, há mais de anos, que nós precisamos de um efetivo de policiais nas ruas para coibir o avanço da criminalidade. Realmente, não é deste ano, do ano passado, deste Governo, isso eu venho falando há longa data. Há muitos governos que eu venho dizendo que segurança pública só é prioridade em discurso de campanha. Pois nós, os cidadãos cumpridores da lei, aqueles que trabalham, os cidadãos de bem, estamos todos desarmados e presos em nossas casas, colocando alarmes, trancas nos carros, grades e cães ferozes em nossas residências, verdadeiras fortalezas. E pasmem: evitando sair à noite, por medo. E os jovens, com o direito de viver a sua juventude, saem à noite, e as mães e os pais ficam rezando até que o filho volte, porque a bandidagem tomou conta do Rio Grande do Sul. Chega, nós não podemos mais assistir a isso. Eu não me conformo em abrir os jornais, todo dia, e ver estampadas manchetes sobre crimes graves: uma mulher foi morta na frente da filha de 15 anos em São Leopoldo. Até quando? Até quando nós vamos ficar como meros expectadores dessa barbárie humana? Vidas estão sendo roubadas. Famílias destruídas! E o que falta? E nós, Vereadores, a quem não compete fazer a lei, não vamos cobrar daqueles que estão lá, Deputados Federais, que podem, sim, e devem escutar o clamor da população acuada e amedrontada para sair das ruas, que mexam nas leis! Código Penal arcaico, de 90 anos! É hora de mudar, é hora de possibilitar o direito de ir e vir com segurança, do cidadão de bem – dever do Estado, direito do cidadão.

Ora, eu, por muitos anos, tive na minha casa – e tenho até hoje – meu pai, que foi a favor da pena de morte. Nós tínhamos uma discordância, eu e ele: era essa. Pois eu me rendo ao Pedro Américo Leal, eu me uno a ele, e cheguei à conclusão de que a única maneira de arrumar é pau no bandido! É a única linguagem que essa gente entende. Famílias estão sendo destruídas. Vocês assistiram o que aconteceu em Capão da Canoa e em São Leopoldo. Eu não me conformo. E assim como esta que vos fala aqui, milhares de mulheres que geraram a vida não permitem que esta mesma vida seja

arrancada, seja destruída pela bandidagem. Eu faço um apelo aqui, como uma humilde Vereadora da Capital do Rio Grande do Sul, aos nossos Deputados Federais, a quem compete a mudança das leis: que modifiquem, que sejam mais duros, que possibilitem ao cidadão de bem o direito de ir e vir com segurança. E que deem, finalmente, à sociedade, a tranquilidade de viver em paz.

Eu não consigo abrir os meus trabalhos sem iniciar esta fala e sem fazer esse desabafo, porque, quando eu abri o jornal e li que ladrões de carro matam mulher na frente da filha e de uma amiga... Por que isso acontece? Impunidade? Ora, minha gente, se as leis fossem mais duras, se houvesse, sim, uma pena para crimes hediondos...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Os temas importantes que o Partido dos Trabalhadores quer registrar têm a ver, sim, com a vitória da escola da querida Jussara Cony, mas têm a ver também com o carnaval – bonita festa popular – no País e, em especial, com que a Ver.^a Mônica traz. Nós aqui queremos reconhecer que a sua veemência é a veemência que tem que ser de todos nós. É criminoso o gestor achar que pode continuar não nomeando, não exigindo integração de polícias e, talvez, a sociedade imaginando soluções, como os egressos do serviço militar estarem policiando as ruas. A perda da vida é a falência de um país, de um estado, de uma cidade. A perda da vida é a falência de um gestor, porque sequer a vida é mantida, é protegida, para que as demais políticas públicas?

Mas Ver. Eng^o Comassetto, Ver. Alberto Kopittke, Ver. Marcelo Sgarbossa e Ver. Mauro Pinheiro, eu preciso aqui fazer o registro dos 36 anos do Partido dos Trabalhadores, cujo aniversário é nesta data: 10 de fevereiro. São 36 anos que combinam e correspondem com a redemocratização deste País. É um Partido que dirige esta Nação há mais de década, que cresceu na luta pela democracia brasileira, que cresceu na resistência à ditadura, entre os intelectuais, entre os trabalhadores, na busca dos direitos, na busca de um país mais igual, na busca de um país sem violência, de um país que construísse uma sólida democracia para superar as imensas mazelas resultantes da sua profunda desigualdade, da formação de um povo brasileiro, no autoritarismo, na discriminação na marginalização da grande massa do povo brasileiro, na superconcentração de renda, de poder e de autoritarismo que é, infelizmente, a história do povo brasileiro. A brava resistência deste povo que, entre outros instrumentos, construiu o seu Partido, o Partido dos Trabalhadores. E que nunca foi incorporado, como povo em luta social e de resistência, de fato, na produção do Estado brasileiro, esse povo trabalhador e lutador. E se o Partido dos Trabalhadores hoje tem o seu maior líder – Lula – perseguido como se fosse um bandido ou um fugitivo, talvez seja muito

mais pelos seus méritos do que pelos seus erros. E nós, aqui, aos 36 anos, jovens, nós reconhecemos que é um partido que errou, e que na responsabilidade que construiu, dirigindo cidades, Estados e este País, errou muitas vezes, mas certamente colocou o Brasil em um outro patamar, em um outro caminho, em uma outra construção e que tem que celebrar os seus feitos. Se hoje o Brasil gasta muito mais com políticas sociais e tem uma forte rede social chegando à população que antes sequer tinha alimento, deve-se também à história do Partido dos Trabalhadores. A valorização do salário mínimo, que descentraliza recursos, que democratiza recursos; o Bolsa Família, que chega às famílias mais desestruturadas, que vincula a escola, que vincula a saúde; a expansão da formação da educação dos quatro anos – este ano – até os 17 anos; a expansão do turno integral, a expansão dos institutos federais, da formação técnica, tecnológica; a expansão do Ensino Superior com a descentralização, com bolsas, com expansão de institutos próprios; as quotas raciais, as quotas sociais, chegando, pela primeira vez, essas vagas ao povo pobre brasileiro; a expansão dos programas construção de programas potentes de moradia popular, que contabilizam a média de 1.500 moradias – mais de 3 milhões de moradias, na última década, chegando à população mais pobre brasileira. Então, essa história controversa de que a população brasileira dotada de cidadania, de participação, de arejamento democrático exige mais e exige aprofundamento, compõem a história dos 36 anos do PT. E, se hoje, inclusive na própria carne ele corta, com alguns líderes presos, com esquemas de corrupção que estão sendo desbaratados, é porque, sim, as instituições brasileiras que forjam a democracia estão sendo fortalecidas, como a Polícia Federal, Ministério Público e Judiciário. E, para frente, aprofundamento da democracia, a construção da igualdade sonhada por quem montou o Partido dos Trabalhadores, a construção da justiça social e de uma economia para o povo é o rumo que nós queremos para este Partido.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu nem pretendia me manifestar neste dia em que retomamos objetivamente os trabalhos nesta Casa, e, se o fizesse, no primeiro momento, era minha intenção me congratular com a Ver.^a Jussara Cony e sua escola de samba, com o esforço que foi feito em Porto Alegre para ser feita uma festa popular digna dos aficionados do carnaval, mas venho à tribuna porque estou perplexo com o pronunciamento da Ver.^a Sofia Cavedon. A Vereadora fez um pronunciamento a respeito de um país que não é este País que eu moro, não. O que temos informado todos os dias é que, em todos os segmentos da Administração, há equívocos e, não raro, desonestidades comprometendo todos os objetivos que, longe de serem alcançados, o Brasil é o campeão de todos os déficits, de todas as medidas feitas pelos institutos de opinião pública, e todas as medidas são no sentido de apontar o caos em que este País se encontra envolvido e que

é reconhecido internacionalmente com a progressiva queda de prestígio do País e de suas entidades em todos os fóruns internacionais.

Então, fiquei estupefato, Ver.^a Mônica. Não sei se nesses dias de carnaval a fantasia tomou conta da cabeça das pessoas, e tem gente aqui fantasiada de rei, quando nós estamos literalmente vivendo num país de mendigos, em que tudo há dificuldades. Está quebrada a Nação! Os estados estão indo no mesmo caminho e, queira Deus, não contaminem mais fundamentos os Municípios, entre os quais, o nosso Município de Porto Alegre. Ora, Ver.^a Sofia, meus parabéns, a senhora não podia ter sido mais corajosa do que o foi ocupando a tribuna. A senhora não poderia ter sido mais competente assumindo a liderança do seu partido do que o foi nesse momento, porque tentou mostrar para todos nós algo que é absolutamente inexistente. Os próprios programas sociais, tão decantados, estão constrangidos, não há mais noticiário, estão, ano a ano, perdendo recursos, ano a ano, perdendo importância. E o Programa Minha Casa, Minha Vida...Hã! Porto Alegre, esta Câmara aprovou a sessão diária de mais de 1 milhão de metros quadrados para serem edificadas residências do Minha Casa, Minha Vida. Sabem quanto disso foi aproveitado? Nem 10%. Esse é o programa máximo, o Minha Casa, Minha Vida? Não, é o Minha Casa para o desespero, porque cada vez aumenta mais neste País o desespero da ausência de programas da casa própria. Porque mesmo aqueles que têm acesso a esse programa, Ver. Cecchim, não estão tendo oportunidade de acessar a casa própria, porque são locadores de um imóvel na Caixa Econômica Federal, através de um programa de arrendamento residencial composto pela Caixa, pelo qual ela se transformou na maior proprietária de imóveis deste País, latifundiária urbana da maior expressão. Este País – é o que eu vejo – é que é visto pelo Brasil todo. Vereador, ex-Diretor do Departamento Municipal de Habitação e meu grande amigo, Ver. Dr. Goulart, há quatro ou cinco anos, eu dizia para V. Exa. que não daria para se apoiar tanto nesse programa, porque ele possui graves defeitos: é centralizador e não vai atingir o seu objetivo, vai aumentar a frustração. E é o que ocorreu, sem falar nos outros programas, e eu não vou gastar tempo falando do triplex, falando do sítio, de toda essa barbaridade que acontece no Brasil, onde está se roubando...

(Aparte antirregimental.)

O SR. REGINALDO PUJOL: É o País da Ver.^a Sofia Cavedon.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Dr. Goulart está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. DR. GOULART: Meu querido Presidente Cassio Trogildo, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores. “Ninguém faz samba só porque prefere/ força nenhuma no mundo interfere/ sobre o poder da criação”. Eu queria com este pequeno canto fazer

uma grande saudação à campeã do carnaval de Porto Alegre: a Imperatriz. Que belo desfile! Que carnaval bonito! Que título bem merecido. E aqui deixo o meu abraço forte para a Jussara Cony, que há anos vem desfilando nesta escola; ao Delegado Cleiton, que foi campeão, e ao nosso querido Maurício, que é um batalhador, Presidente daquela escola, organizador do carnaval. Temos que dar um abraço também à escola Acadêmicos do Gravataí, porque fez uma bela colocação. E a nossa Restinga, Ver. Pujol? Fazia tempo que não sabia da Restinga fora do primeiro, segundo ou terceiro lugar. Eu me lembro que ela tirou, na primeira vez que subiu, o sétimo lugar, voltou para o grupo intermediário, mas não chegou a desfilar, porque aumentou o número de escolas, e desfilou de novo no primeiro grupo. Imagine, Pujol, a satisfação que deve estar sentindo o Cleiton, o Maurício, a Jussara e o pessoal todo da Imperatriz. Lembra de quando fomos campeões várias vezes e que alegria vinha do nosso peito? Porque estava lá a comunidade sendo representada, a comunidade se sentindo elevada, a autoestima elevada, porque a sua escola tinha sido campeã.

“Oi, gira, gira, gira, que eu quero ver, deixa eu entrar na gira e ser um crupiê” – Jorge Carioca, Humberto e Wilson Ney, fomos campeões no segundo grupo e, com essa, subimos para o primeiro grupo. “De repente, não mais do que de repente/ fez-se sentir o soneto da hora final/ partiu o pai maior da poesia/ mestre em diplomacia/ o orfeu do carnaval”. Vinícius de Moraes, e, de repente, é Vinícius na Restinga. Quero dizer que a diferença entre o primeiro, segundo, terceiro, quarto lugar foi de um ou dois décimos, três décimos. A nota chegou a ser o mesmo valor, chegou a empatar com a Imperatriz Dona Leopoldina com Acadêmicos do Gravata. Perdeu no quesito harmonia, por um décimo.

Que maravilha que é o carnaval! Que bom que, mesmo com esta crise econômica enorme que estamos vivendo, o carnaval do Rio pôde acontecer, assim como o de Porto Alegre!

É bem verdade que eu não estava mais acostumado a ver a minha Restinga tirar menos do que o terceiro lugar. Fazia muito tempo que ela tinha ficado abaixo das três primeiras colocadas.

Salve a Restinga, salve a comunidade da Restinga! E o meu abraço apertado para o “poder da criação”. Salve a Imperatriz Dona Leopoldina!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, é Quarta-Feira de Cinzas, e eu vejo aqui quase a totalidade dos Vereadores presentes no plenário trabalhando. Por que estou dizendo isso, Ver. Bernardino? Porque a ideia que se tem ali fora é a de que os Parlamentos, quase todos, não trabalham, que só começam a trabalhar na semana depois do carnaval. Mas nós estávamos aqui já na segunda-feira passada, entre o domingo e o feriado da terça. Então, Presidente, V. Exa.

fez muito bem quando convocou reunião para segunda-feira e para hoje à tarde, quando estamos aqui. Falo isso porque acho que tem que ser falado e tem que se valorizar quem trabalha. E esta Câmara trabalha muito, Ver. Márcio. Trabalha muito! Acho que temos que deixar registrado isso. Aqui se fala, se fala e se fala, ou se parla, se parla e se parla, mas se trabalha muito pela Cidade. As discussões aqui realizadas, às vezes acaloradas, são as convicções de cada um de nós.

A Ver.^a Sofia veio aqui, com muita competência – queria cumprimentá-la pelo aniversário do seu partido –, e, com muita vontade, falou numa linha completamente diferente da do nosso colega Pujol, que falou logo em seguida. Isso é o Parlamento. O Ver. Goulart vem e dá o tom do discurso. Eu, que sou um pouquinho mais tímido – digamos assim – tento pegar um pouquinho de inteligência de cada um e fazer um resumo, aqui, da importância que cada Vereador tem e da importância que tem a opinião de cada parlamentar. Nós temos opiniões nossas. Muitas vezes, as nossas opiniões são construídas pelo que nós ouvimos na rua e trazemos para cá uma média do pensamento; às vezes, nos enganamos, mas a intenção de cada Vereador sempre é do bem comum. Nós ficamos quatro anos sendo analisados, sendo aprovados ou desaprovados nas nossas ações, e temos que prestar um novo vestibular, que é a eleição. Aliás, este ano teremos outro vestibular. Neste ano nós vamos ver se fomos aprovados, se estamos sendo aprovados ou não pelo eleitor, diretamente pelo eleitor, numa democracia fantástica e linda, onde o peso do voto é igual para todos, seja para o funcionário humilde, seja ele dono de uma empresa, seja ele o mais humilde funcionário público – se é que dá para chamar isso, porque todos são importantes -, até o secretário, o ministro e a Presidente da República – todos os votos têm o mesmo peso! Eu acho que a democracia é bonita exatamente por isso e ela tem que ser cultivada. Todos têm o mesmo peso no voto. Não tem ninguém importante, não tem ninguém discriminado por opções, quaisquer que sejam. Na eleição não tem cota, não tem discriminação alguma. Lá se vota de acordo com a opinião. Felizmente está terminando o tal do voto de cabresto. Lembro que antigamente alguém aparecia e dizia: “Eu tenho tantos funcionários na minha empresa.” Hoje em dia, se alguém diz isso, a gente responde: “E aí? Grande coisa.” Ninguém mais manda ou comanda o pensamento de cada um; nem nas famílias. Aquele que se arvora o direito de dizer: “Olha na minha família tem tantos votos, lá em consigo...” Não! Um a um, membro da sua família, tem que ser convencido das tuas atitudes, das tuas posições, das tuas opiniões, daquilo que tu dizes, daquilo que tu fazes. E aí, sim, o eleitor escolhe o seu candidato, o seu Vereador; neste ano, o seu Vereador e seu Prefeito. Espero que todos nós tenhamos um ano de muita felicidade, mas principalmente que a população de Porto Alegre tenha a felicidade de escolher bons Vereadores, e um bom prefeito e vice-prefeito. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa tarde a todos e todas. Estávamos agora falando dos pronto-atendimentos, o Ver. Marcelo Sgarbossa e Ver. Dr. Thiago, e justamente, estive com o Simers, o Sindicato Médico, Ver. Dr. Goulart, num dos pronto-atendimentos de saúde mental, no PAM 4, e nós ficamos de fato chocados com a situação. O PAM 4 tem 15 vagas para emergência em saúde mental, no dia em que fomos tinha 26 pessoas sendo atendidas, pessoas dormindo em poltronas, em macas, porque numa situação de superlotação as macas acabam sendo utilizadas. No Postão do IAPI pacientes dormiam no chão, de uma maneira desumana, de uma maneira que mostra a irresponsabilidade com a saúde pública, de uma maneira que na verdade é prova de que é fundamental avançar nas portas de entrada da saúde mental, garantindo direitos, garantindo infraestrutura, Ver. Dr. Raul, porque vimos pessoas esperando desde as oito da manhã com a vaga pronta nos equipamentos, mas o transporte que é regulado pela Secretaria Municipal de Saúde não chegava, e isso era no meio da tarde. Então a superlotação também é ocasionada pela falta do conjunto da rede de infraestrutura necessário para garantir o atendimento a essas pessoas. E num terceiro ponto, a urgência de se avançar nas políticas do Centro de Atenção Psicossocial em Álcool e Drogas, para garantir que uma questão de dependência não seja tratada como questão de saúde mental. Primeiro por que é inócuo; segundo, por que é fundamental avançar num atendimento humanizado; terceiro, por que Porto Alegre precisa de mais sete Caps AD pelo nosso tamanho e para conseguir dar vazão a uma demanda de pessoas que querem ter um tratamento para a dependência química e que não encontram as vagas necessárias para garantir esse tratamento. Nós precisamos urgentemente cobrar do Governo Fortunati, que anunciou em 2014 que fez superávit, que economizou recursos. O Presidente do Sindicato Médico, que nos acompanhou nessa visita, inclusive, me falou naquele momento que o lema da Prefeitura estava sendo “dinheiro no cofre e paciente no chão”. Isso é inadmissível, e nós precisamos garantir que haja atendimento a essas pessoas. Eu falava com o Ver. Doutor Thiago sobre a questão do Hospital Parque Belém, que é um hospital importantíssimo para a zona sul da Cidade; um hospital que obviamente precisa ter uma auditoria no sentido de garantir com que os recursos federais tenham ido, de fato, para o atendimento da população. E, na dúvida, com relação à gestão que a Secretaria tem, é preciso que a Prefeitura seja ativa e garanta um atendimento em Saúde pública, em saúde mental, em emergências, inclusive, para a região.

E para isso, há várias alternativas: a Prefeitura assumir a direção em determinado momento até resolver as questões em discussão. Mas o fato é que a população zona sul precisa de equipamentos de saúde; o fato é que o povo de Porto Alegre precisa do atendimento de saúde. Nós temos a ausência, a falta de R\$ 80 milhões, no Orçamento de 2016, para a Saúde de Porto Alegre, contando apenas com o que Prefeitura gastou no ano de 2015. O Governo Sartori, com os repasses atrasados. Ao mesmo tempo, a Prefeitura dizendo que está fazendo economia, enquanto a Saúde está numa crise profunda. Nós precisamos urgentemente garantir que o dinheiro público vá para aquilo que é importante para a população. E eu não tenho nenhuma dúvida de

que, para nós do PSOL, eu e o Ver. Professor Alex, o Ver. João Ezequiel, nossos companheiros, a saúde tem que estar em primeiro lugar.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. AIRTO FERRONATO: Caro Presidente, eu informo que, a partir deste momento, o novo Líder da Bancada do PSB na Câmara de Vereadores de Porto Alegre é o amigo Ver. Paulinho Motorista.

(O Ver. Airto Ferronato procede à entrega de documento.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Aprego o Termo de Indicação, de autoria do Ver. Airto Ferronato, indicando o Ver. Paulinho Motorista como Líder da Bancada do PSB nesta Câmara Municipal, tendo como Vice-Líder o Ver. Airto Ferronato.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 15h20min): Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Aprego a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, ao PLL nº 104/15.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL nº 104/15 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Aprego a Emenda nº 03, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, ao PLL nº 046/14.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 03 ao PLL nº 046/14 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Aprego as Emendas nºs 02 e 03, de autoria do Ver. Cláudio Janta, ao PLL nº 067/15.

Informo que não é necessário votar a dispensa de envio às Comissões, pois este projeto está na Ordem do Dia pelo art. 81.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0878/15 – VETO TOTAL ao PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 078/15, de autoria do Ver. Alberto Kopittke, que obriga os estabelecimentos de saúde que recebem pacientes feridos por arma de fogo ou arma branca a dispor de área especial na ala de internação e na ala de atendimento de urgência e emergência, com os requisitos de segurança que especifica.

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Márcio Bins Ely: pela manutenção do Veto Total.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 77, § 4º, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA.

Na apreciação do Veto, vota-se o Projeto:

SIM – aprova o Projeto, rejeita o Veto;

NÃO – rejeita o Projeto, aceita o Veto;

- Trigesimo dia: 09-02-16 (terça-feira).

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em discussão o PLL nº 078/15, com Veto Total. (Pausa.) O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para discutir o PLL nº 078/15.

O SR. ALBERTO KOPITKE: Caros colegas, boa tarde a todas e a todos, saúdo o retorno aos nossos trabalhos. Faço um parêntese aqui no debate político para saudar também a escola campeã, a Imperatriz Dona Leopoldina. Convidado pela Ver.^a Jussara e por vários componentes, junto com o Ver. Delegado Cleiton, tive a honra de participar desse desfile tão bonito, que, mais uma vez, reforça a cultura popular na nossa Cidade, no nosso País.

Vindo então para o nosso primeiro debate, o Sr. Prefeito e o Sr. Vice-Prefeito, o Sebastião Melo, vetaram um projeto de minha autoria que havia sido aprovado por unanimidade pelos colegas aqui presentes, com 23 votos favoráveis. A origem desse projeto – gostaria de lembrá-los – veio do sindicato dos servidores da área da saúde, especificamente dos servidores do GHC, que foi o primeiro. Depois, conversei com o pessoal do HPS e do Postão da Cruzeiro. Na atual situação catastrófica de segurança pública, esses profissionais têm ficado, inúmeras vezes, no meio de tiroteios, quando bandidos adentram nesses postos, nessas áreas de emergência, seja para resgatar, seja para acabar o seu serviço... Não importa as razões, o que importa é que os profissionais da saúde, que estão cumprindo o seu juramento de prestar atendimento a qualquer ser humano, estão hoje sem segurança. Lembro de um caso ocorrido no Postão da Cruzeiro – o Ver. Janta foi o primeiro a denunciar –, numa tarde que trabalhávamos aqui. Houve uma execução, enquanto o médico, as enfermeiras e as auxiliares atendiam o ferido à bala, possivelmente membro de alguma facção.

Esse projeto, então, previa alguns mecanismos de segurança para ajudar a proteger esses profissionais enquanto estão prestando o seu serviço, tais como câmeras de vigilância e vigilantes armados. O projeto original, Ver. Dr. Thiago e Ver. Dr. Goulart, que são da área da saúde, ainda previa um detector de metais. Dialogando com o Líder do Governo, o Ver. Kevin Krieger, esse foi um projeto que nós colocamos fora dos embates políticos por se tratar da segurança de profissionais. O Ver. Kevin inclusive chamou o Secretário da Saúde do Município, com quem pude me reunir aqui. Fizemos uma boa conversa republicana, acima de diferenças. Ele concordou com a importância do projeto, inclusive fez uma emenda assinada no projeto com o Líder do Governo, Ver. Kevin Krieger, a quem saúdo o esforço pelo diálogo naquele momento, ajustando o projeto. Isso eu esclarecia que não tinha como objetivo apenas os hospitais do Município, mas todos os hospitais que estão na cidade de Porto Alegre, como o GHC, o Cristo Redentor que atendem a Região Norte e os outros. Infelizmente, o Sr. Prefeito optou por ignorar a discussão que tínhamos feito. Nós sabemos que motivos burocráticos sempre existirão, quando existe a má vontade política, e vetou esse projeto, o que não me surpreende, porque o Prefeito Fortunati e o Vice-Prefeito Sebastião Melo não fazem absolutamente nada na Cidade para a segurança pública. Faz quatro meses que eu peço uma reunião com o Sr. Prefeito para oferecer a ele 18 propostas que, de uma forma muito simples, me reuni com especialistas da PUC, coisa que a Prefeitura nunca fez, chamar PUC, UFRGS, Unisinos. E aguardo essa reunião até hoje. Assim, coloco esse debate para os colegas.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para discutir o PLL nº 078/15, com Veto Total.

O SR. DR. THIAGO: Caros colegas Vereadores e Vereadoras, Ver. Tarciso, que me ouve atentamente, agora é chegado o momento de termos retornando a esta Casa um conjunto de vetos de projetos que ao final do ano passado foram acordados com os Vereadores e deveriam ter sido sancionados, uma vez que o Executivo esteve nesta Casa e acordou com os Vereadores, assim deveria tê-los sancionado. Se essa palavra realmente fosse levada a cabo, que fosse válida. Esperamos que não tenhamos muitos vetos a serem analisados.

Eu quero voltar, Ver. Alberto Kopittke, à análise do seu projeto. O seu Projeto é constituído por uma sala, é simplesmente isso, uma sala nos pronto-atendimentos e nos hospitais que atendem vítimas de pessoas que sofreram com projétil de arma de fogo ou com arma branca, uma sala dotada de uma estrutura de segurança. E aqui não é segurança para os bandidos – as pessoas às vezes confundem isso – mas é segurança também para a população que está sendo atendida nesses locais.

Então, via de regra, o que acontece no pronto atendimento da Cruzeiro, Ver. Janta? V. Exa. é testemunha disso, recebe aqui os profissionais que lá trabalham. Nós tivemos um incêndio a ônibus na frente do pronto atendimento. Nós tivemos já

homicídio dentro do pronto atendimento da Cruzeiro! Quem não lembra aqui? O cidadão foi morto, há não mais que seis meses, foi executado dentro do pronto atendimento da Cruzeiro. Ah! Mas isso só não resolveria o problema. Mas quem sabe minimizaria; quem sabe dificultaria a ação dessas pessoas que foram lá executar. Não nos cabe na Saúde fazer julgamento das pessoas, nós temos que atender às pessoas!

O Ver. Kopittke quer que esses pacientes que estão sob a alcunha da Brigada Militar e da Polícia Civil, que estão tutelados pela Brigada Militar e pela Polícia Civil, sejam atendidos em uma sala em separado. É só isso que se quer. Em seis lugares em Porto Alegre, em seis pronto atendimentos. Será que não temos seis salas, uma em cada pronto atendimento, para atender esses pacientes de forma separada, para dar mais segurança para a população que é atendida lá, e para os profissionais que trabalham lá. Será que nós não temos isso? Será que não temos seis câmeras de monitoramento para colocar, próximas a essas salas? Para exatamente registrar se houver alguma movimentação anormal. Eu, realmente, não posso acreditar que não se tenha isso em Porto Alegre. São seis salas, uma em cada pronto atendimento, Restinga, Cruzeiro, IAPI, Bom Jesus, PACS, HPS. Uma em cada uma delas, seis salas, dotadas de uma câmera de monitoramento para observar quem entra e quem sai dessas salas, para dar mais segurança às pessoas que são atendidas e aos profissionais que lá trabalham. E, também, para otimizar os recursos da Brigada Militar e da Polícia Civil, para que eles possam fazer o resguardo dessas pessoas, para que essas pessoas que estão sob a tutela da Brigada Militar e da Polícia Civil possam ficar detidas, contidas num local de forma mais adequada, para que não se tenham mais surpresas.

Eu volto a dizer, Ver. Kopittke, que vou votar a favor dessa sua proposta. E quero dizer que ela é extremamente simples e inteligente. Por isso votarei novamente – porque esse projeto já foi aprovado pela unanimidade da Casa - com Vossa Excelência.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir o PLL nº 078/15, com Veto Total.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; nos vários anos que eu tenho de Casa, poucas vezes eu vi um processo chegar ao plenário deste Legislativo com um Veto apostado pelo Executivo Municipal com fundamentos tão bem sustentados. Aliás, eu entendo que o Ver. Márcio Bins Ely, que foi o relator na Comissão de Constituição e Justiça a respeito da matéria, com uma objetividade exemplar, examina o processo e conclui, de forma categórica, pela manutenção do Veto do Sr. Prefeito Municipal. Até porque se socorre de fundamentos colocados dentro do projeto de lei fornecidos pela própria Secretaria de Saúde do Município de Porto Alegre que eu entendo extremamente relevante serem considerados por toda a Casa ao decidir pela manutenção ou não do Veto do Sr. Prefeito Municipal ao projeto de lei do Ver. Alberto Kopittke.

O Ver. Márcio Bins Ely, com muita propriedade, enfrenta a matéria por dois lados. Primeiro, como o fez o Veto, demonstrando que indiscutivelmente há uma invasão, Ver. Tarciso, na área da competência privativa do Chefe do Poder Executivo Municipal à organização dos serviços de Porto Alegre. No outro, e eu considero isso muito mais relevante, ele analisa o Veto à luz das informações juntadas aos autos pela Secretaria Municipal de Saúde, que diz o seguinte: “No que pertine a privacidade da relação médico-paciente através de câmeras de monitoramento, assim como toda a legislação vigente e pareceres exarados pelos mais diversos conselhos de Medicina, entendem que a implantação do sistema de vigilância por câmeras ou similares possa ocorrer em todas as áreas de circulação livre de um hospital, preservando-se, no entanto, os espaços destinados ao contato direto entre paciente e demais profissionais de saúde em circunstâncias nas quais se exige a preservação do direito à privacidade e a garantia do sigilo na relação entre os mesmos, sendo, pois, inadequada a utilização de câmeras de tv em enfermarias, salas de exames, consultórios, salas de parto e salas de cirurgia, evitando-se assim a possibilidade de infrações éticas consoantes nos artigos nºs 28, 38, 73 e 76 do Código de Ética Médica”. Ora, Sr. Presidente, isso por si só nos dá uma ideia muito clara de que a simplicidade com que se pretendeu analisar o projeto envolve alguns aspectos que não são subjetivos, são de ordem geral, são garantias que precisam ser estabelecidas. Disse bem do Parecer exarado pelas equipes da Secretaria Municipal de Saúde: que a presença desses elementos de monitoramento em vários espaços dos hospitais é recomendável; inobstante, em determinadas áreas - e é o caso específico - a privacidade deve ser mantida, como direito inalienável que tem as vítimas das situações descritas no projeto. Por isso, Sr. Presidente, sem nenhuma radicalidade, tão somente procurando evitar que se tenha situações que, no futuro essa lei possa a vir a ser questionada, inclusive judicialmente, pela sua absoluta...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

O SR. REGINALDO PUJOL: ...um fundamento, direitos essenciais da pessoa humana, nós estamos aqui recomendando, por óbvio, a manutenção do veto como medida absolutamente correta a impedir que se prolongue uma situação que, *data venia*, foi fruto de uma final de tarde legislativa quando o quórum da Casa estava muito baixo. Por isso, Sr. Presidente, a nossa recomendação, e o fizemos em nome da Liderança do Governo, é no sentido da manutenção do veto. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Nereu D'Avila está com a palavra para discutir o PLL nº 078/15, com Veto Total.

O SR. NEREU D'AVILA: Sr. Presidente, Ver. Cassio Trogildo, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, quanto ao veto total a este projeto de lei, que pretendia que os estabelecimentos de saúde que recebem pacientes feridos por arma de fogo ou arma branca sejam obrigados a dispor de área especial na ala de internação e na ala de atendimento de urgência e emergência hospitalar, com os requisitos de segurança que específica – e aí enumera uma série de obrigações –, na verdade, eu já tinha referido, em outras ocasiões, a necessidade que temos de ler com atenção as razões que informam vetos a projetos desta Casa. E novamente, de minha parte, disponho de fazer essa autocrítica, porque somente agora me deparo com o muito bem feito parecer das razões do veto. Tenho notado, e chamo atenção dos Vereadores desta Casa, que as comissões conjuntas têm oportunizado que os Vereadores não se detenham mais nas relatorias apressadas e aprovadas açodadamente nas comissões conjuntas. Tenho notado que as comissões conjuntas são uma válvula de escape para tentar passar por baixo do poncho projetos que, se passados pelo crivo da Comissão de Justiça, não teriam a aprovação que teve, por exemplo, este projeto, neste plenário. Então eu chamo a atenção dos meus Pares, que as comissões conjuntas têm sido pretexto para se votar açodadamente projetos inconstitucionais como este. Nas razões do veto, quem se deteve mais longamente em analisá-las, vê e lê que o projeto é mais um daqueles que é pura e simplesmente um ato administrativo, que compete especificamente, de acordo com o art. 94 da Lei Orgânica, exclusivamente, ao Prefeito, ao Poder Executivo. Então eu parabeno o Executivo pelo longo e competente parecer de razões do veto, que analisa, inclusive, decisões de outros conselhos regionais, como, por exemplo, o Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo, onde se vê a impossibilidade da consecução de iniciativas dessa natureza, senão pelo impacto financeiro que não trouxe alume no seu projeto. Na folha de número 24, das razões do Veto diz: “Neste contexto, o projeto fere a Lei Complementar nº 101, de 2000, pois não trouxe o impacto orçamentário financeiro da proposta sendo vedado aos membros do Poder Legislativo apresentar projeto de lei que acarrete aumento de despesa pública ou redução de receita”...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

O SR. NEREU D'AVILA: ...Para concluir, Sr. Presidente, não poderei ler outros tópicos das razões do Veto, mas pelo simples fato de trazer despesas, pelo fato de ser eminentemente um ato administrativo privativo do Poder Executivo, razão tem o Executivo de vetar totalmente a iniciativa. Admito que a intenção do autor é boa e ficará como um chamamento de atenção para situações que a iniciativa propõe, mas que na estrutura constitucional...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

O SR. NEREU D'AVILA: ...Agradeço a V. Exa. e concluo: na estrutura constitucional do país, da qual a Lei Orgânica faz parte, é vedada iniciativa sem presunção e sem previsão de despesa a Vereadores em detrimento do Poder Executivo.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra para discutir o PLL n^o 078/15, com Veto Total.

O SR. ENG^o COMASSETTO: Sr. Presidente, colegas Vereadores e Vereadoras, quero iniciar aqui o debate deste Veto ao projeto de autoria do Ver. Alberto Kopittke – quero fazer um parêntese aqui e trazer um abraço a nossa querida Ver.^a Jussara Cony e a sua escola campeã; à senhora, que é uma das organizadoras lá da Imperatriz Dona Leopoldina, saúde e força. A mensagem está ali escrita e ainda temos os gritos no plenário de saudação à vitória da Imperatriz Dona Leopoldina. Este projeto que está em pauta, os Vereadores que me antecederam – Alberto Kopittke, Nereu D'Avila, Reginaldo Pujol, entre outros – trouxeram uma reflexão. Agora, o que fica impressionante aqui no debate, e eu quero fazer um diálogo aqui com os Vereadores da base do Governo, principalmente com a Ver.^a Mônica e Ver. Nereu – a Ver.^a Mônica veio à tribuna hoje falar da segurança, ou melhor, da insegurança do Rio Grande do Sul, e, pela primeira vez, fazer uma crítica ao seu Governo pela inoperância na segurança pública do Estado do Rio Grande do Sul. O Ver. Nereu foi Secretário Municipal de Segurança. O Prefeito justifica a razão de seu veto dizendo que significa uma intromissão do Poder Legislativo Municipal em seara de competência privativa do Prefeito Municipal. E eu quero fazer uma reflexão aqui: no momento em que o Governo mandou para esta Casa o pedido para aprovar a Secretaria Municipal de Segurança, pediu o voto, sim, da oposição, e a oposição veio a esta tribuna e disse que votaria favoravelmente como um voto de confiança para que medidas na política de segurança fossem implantadas também pelo Município. Até porque, Ver.^a Mônica – e eu lhe ouvi atentamente hoje aqui –, o debate da segurança não é mais um debate de oposição ou de situação; o debate da segurança não é mais de responsabilidade do Município ou do Estado ou da União; não, é dos três entes mais a sociedade civil ainda. No momento em que nós temos uma Secretaria Municipal de Segurança implementada – e eu quero dizer aqui na tribuna em alto e bom tom que, até o momento, não vejo nenhuma razão para a existência dessa Secretaria no que diz respeito a tratar da segurança do Município de Porto Alegre. Se é uma Secretaria que não pode se envolver no debate, que não pode trazer alternativas, que não pode criar, que não busca qual o seu papel, qual a relação de criar o colegiado a partir do Município, congregando Município, Estado e União, cada um na sua competência desenvolvendo os seus trabalhos, no momento em que um Vereador, que é de oposição, traz uma medida propositiva, é inscrito aqui que isso é uma intromissão na competência do Executivo. Intromissão seria se o Executivo realizasse. Mas o Executivo não realiza, então não é intromissão; é proposição. Vamos colocar aqui os adjetivos e verbos corretamente na nossa relação. Ou será que a

segurança pública, Ver.^a Sofia e Ver.^a Melchionna, é ou não é de responsabilidade do Município também? É claro que sim. Hoje, com o grau de desagregação que existe, querer justificar, pela burocracia e ou pela legalidade, que a saúde pública de Porto Alegre não possa ter um olhar diferenciado para todos aqueles pacientes que estão acometidos por lesões corporais, fruto de bala ou de faca, que vieram da origem do confronto, de tentativa de assassinato ou de ser assassinado, o que significa isso? Significa criar isso. Mas é claro que as regras para que isso funcione têm detalhes, têm ajustes, têm adequações. Uma coisa é querer tratar do assunto, outra é dizer que isso não é da competência do Município de Porto Alegre, ou do Legislativo, e dizer que significa uma intromissão do Poder Legislativo Municipal em seara de competência privativa do Prefeito. Competência privativa que não é executada, desculpe, isso é incompetência privativa. Se você não executa aquilo que é da sua competência, tem uma lacuna. Havendo uma lacuna, tem que ter proposição. Então, justifique que essa medida não é possível de ser implementada, que estruturalmente não existe no Brasil, inclusive. Aqueles que gostam de cinema e de filmes vêm que todos aqueles seriados americanos e europeus têm as salas especiais, com guardas inclusive, quando é crime oriundo dessa natureza. Então, quero dizer aqui que o projeto do Ver. Alberto é uma medida propositiva. Não é uma intromissão.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para discutir o PLL nº 078/15, com Veto Total.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Boa tarde, Presidente, Ver. Cassio, Vereadoras e Vereadores e todos que nos assistem, estou aqui com este Projeto Legislativo do Ver. Alberto Kopittke, que obriga o estabelecimento de saúde a receber pacientes feridos por arma de fogo, arma branca a dispor da área especial, na ala de internação e na área de atendimento de urgência e emergência, com requisitos de segurança específicos. No dia em que foi votado esse projeto, não pude estar presente, portanto, não participei da votação devido a outros assuntos particulares. Eu fiquei atento ouvindo os caros colegas, ouvi a fala do Ver. Kopittke, autor do projeto. E conversava com a Bianca, que me assiste aqui no plenário, dizendo que eu vejo um projeto bom, que preserva a população, médicos, enfermeiros e todos que vão ali nesse hospital. Não é que tenhamos que criar uma sala específica para todos, mas sim, um local próprio para, no momento que se vê que esse paciente tem uma gravidade muito grande, que ele possa ser dirigido para uma outra sala. Sobre filmagem dentro do hospital, eu vi o Ver. Dr. Thiago falando que é um absurdo nos submetemos a uma filmagem. São seis hospitais e os tipos de atendimentos. Então, dentro do meu humilde entendimento de todas as falas e de toda a discussão que ouvi aqui, eu confesso a vocês que eu vejo um projeto bom. Acho que chegou um momento, Ver. Kopittke, não importa a bandeira, não importa a cor, de começarmos a lutar por este País, pelo povo, pela população, que tanto espera de nós, parlamentares. A não ser que me provem ao

contrário, eu acho que a segurança, quando a gente vai ao hospital, com o filho com a mãe, com o amigo, é tudo. Também, quando vamos ao hospital como paciente, queremos segurança. A gente pede tanto para o Governo educação, saúde e segurança – essa é uma maneira de segurança, essa é uma segurança. Não é só a segurança na rua, diante aquela insegurança de roubos, de furto, mas a segurança onde quer que a gente esteja. É isso o que o povo brasileiro está pedindo, é esta segurança: a segurança de ir e vir, ao que nós temos direito. Todos nós cidadãos temos direito a segurança de ir e vir. E, para termos essa segurança, vejo mais um projeto bom. Eu não estava aqui no dia da votação, mas, hoje, com o veto do Governo, pelo que entendi, conversando com a Bianca, eu não vi assim uma coisa que me provocasse dúvidas. Eu não tenho dúvidas, eu acho que este País precisa de segurança em tudo: segurança de saúde, segurança de caminhar por esta linda Porto Alegre, segurança de entrar num lotação, num ônibus, segurança de chegar a um hospital, segurança de sair com a família. Isso tudo é segurança. E eu não vejo por que – a não ser que me provem ao contrário – votar contra esta segurança, a segurança para o povo de Porto Alegre, que é o povo do Brasil. Agradeço. Sempre vou votar com o meu coração. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para discutir o PLL nº 078/15, com Veto Total, por cedência de tempo do Ver. Mauro Pinheiro.

O SR. ALBERTO KOPITTKE: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, retomo a tribuna, e, antes de mais nada, quero agradecer aos Vereadores Pujol e Nereu pelo debate respeitoso e qualificado, de mérito, jurídico. Acho que este é o bom debate que fazemos.

Eu começo tratando, Ver. Pujol, do parecer. Eu li atentamente o veto que o Prefeito Fortunati e o Vice-Prefeito Sebastião Melo fizeram a este Projeto, que, repito, já havia sido acordado com o Líder do Governo e conversado com o Secretário da Saúde, aqui, na sala ali em frente, quando o Secretário reconheceu o mérito e a importância do projeto e a ele deu acordo. Mas, digamos que a análise técnica posterior apontou questões, e a Secretaria trouxe este parecer do Conselho, imagino eu, de Medicina de São Paulo, ou algo assim. O projeto aponta que as câmaras devem estar na área de circulação e não dentro, voltadas para o atendimento do médico e do paciente, e o projeto determina, Ver. Nereu, que esta orientação, esta norma está voltada para todos os estabelecimentos que se implantem no Município; é uma normativa para fora da administração municipal; por exemplo, temos hospital federal, temos hospital privado, temos hospitais e postos terceirizados, mas me parece, e faço, aí sim, o diálogo político com a Administração, com a Prefeitura, porque emanou dela o que me parece que é um veto persecutório, que não está preocupado com o mérito da matéria. Nós votamos aqui matérias muito mais complexas de maneira açodada. Lembro o debate do Investe POA, quando não houve preocupação com ajustes, com possibilidades de judicialização da lei

- que será judicializada muito brevemente. Trata-se, sim, de uma postura política de não ouvir a oposição e de não querer discutir segurança pública de forma séria. O Prefeito Fortunati e o Vice-Prefeito se negam a fazer qualquer coisa na área da segurança pública em Porto Alegre, a ponto de o atual Secretário – e o trato de forma respeitosa, porque não o conheço, estou falando do cargo que ele exerce de Secretário Municipal – esconder que é Secretário Municipal no programa de TV do seu Partido, colocou apenas que é Vereador. Tal é a incapacidade dessa gestão. E eu não o culpo, eu culpo o Prefeito que não dá condições de trabalho ao Secretário Freitas. Porque a Secretaria de Segurança – o Ver. Nereu sabe bem, passou por essas dificuldades – é o menor orçamento da Prefeitura.

A Guarda Municipal não tem um plano de formação, de valorização dos nossos guardas; não são chamadas as universidades; a Prefeitura não faz um grande seminário; não faz nenhum esforço; não implementa lei aqui já aprovada de autoria do Ver. Todeschini que diz respeito às áreas integradas. Também há uma outra lei aprovada nesta Casa de autoria de um Vereador com quem tenho inúmeras divergências, que é a lei antibullying. Porto Alegre hoje é a cidade com a maior evasão escolar do País, entre as capitais, e a Prefeitura não faz nada, nada que possa prevenir e reduzir a violência nas nossas comunidades. Lavo as mãos. Fica, mais uma vez, como aqui uma só faz, populismo em cima do medo das pessoas. Tem que gente que diz que discute segurança mas nunca abriu um livro para conhecer as experiências exitosas que mudaram cidades, países. Há muitas experiências, algumas de linha dura inclusive, mas com responsabilidade, com planejamento.

Esta cidade não tem um plano de segurança, como aliás o Estado também não tem. Quero saber o que o Prefeito poderia estar fazendo para mobilizar as forças da Cidade e não faz. Há quatro meses eu peço uma reunião, de forma suprapartidária, para levar as minhas contribuições, e, tenho certeza, de vários Partidos aqui, para que nós possamos vencer essa onda de violência; o Prefeito nem resposta dá. Essa é a forma como ele trata, que mais uma vez está retratada neste Veto.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLL nº 078/15, com Veto Total.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa tarde a todos e todas. Meu colega, Ver. Alex, estamos, mais uma vez, abismados com a incapacidade do Governo Fortunati/Sebastião Melo de aceitar as contribuições que a Câmara propõe, em conjunto, pois foi um projeto aprovado por unanimidade, e teve como iniciativa um projeto do Ver. Alberto Kopittke num momento de crise da nossa Cidade. Saiu uma pesquisa de uma ONG mexicana que diz que Porto Alegre é a 43^a Cidade mais violenta do mundo. A nossa taxa de homicídios a cada cem mil habitantes é superior ao Rio de Janeiro, é superior a São Paulo. No ano passado, 572 pessoas foram vítimas da violência social, e lamentavelmente, na série histórica, de 2004 a 2014, a cada ano

umentam as vítimas de homicídio. Foi um aumento de 70% de pessoas que perderam a vida vítimas de violência social. E uma das crises se processou justamente nos estabelecimentos em saúde, o Ver. Alberto resgatou a crise que viveu o PACS, nós estivemos lá num momento em que o Postão fechou diante da insegurança dos trabalhadores, dentro do PACS, como vocês todos devem ter visto as imagens, de homens armados que entraram atirando em pacientes numa área que não tem sequer um controle de fluxo, que colocava em risco - e colocou - a vida do paciente e do conjunto dos trabalhadores e outros pacientes que estavam sendo atendidos no Postão da Vila Cruzeiro. E os trabalhadores e usuários da saúde, a comunidade, têm cobrado a Prefeitura há bastante tempo de um plano efetivo, de uma mudança de fluxo, de uma presença efetiva da Guarda Municipal. A questão das câmeras de vigilância, Ver. Pujol, é para áreas de uso comum, não nas áreas de intervenção cirúrgica ou de atendimento ao paciente, mas para os corredores, para as áreas de espera ali no balcão onde fica o procedimento inicial. E essa é uma das proposições do projeto do Ver. Alberto Kopittke. Um sistema informatizado de controle de acesso físico às pessoas; um sistema de videovigilância, um plano de segurança hospital; uma porta com detector de metais, gente, é o mínimo que se espera em espaços com grande circulação de pessoas e que já foram alvo da violência social. Como também já aconteceu no Grupo Hospitalar Conceição, GHC, no ano de 2014, e com, lamentavelmente, nós não vemos nenhuma política efetiva do Governo. No dia em que houve, recentemente, a assembleia do Postão da Cruzeiro, diante da situação da comunidade, o Secretário da Saúde participou da assembleia, onde estavam o sindicato e os trabalhadores e a comunidade. E dentre vários encaminhamentos, a Secretaria ficou responsável por apresentar um plano para os trabalhadores e para a cidade de Porto Alegre por segurança para o espaço. Um plano que obviamente tem que contemplar uma série de questões. Nós estamos em fevereiro de 2016, nenhum plano foi feito. E a única iniciativa que previa o início de um programa e um projeto de segurança hospitalar foi vetada pelo Governo Fortunati e Melo. Nós não podemos ouvir discursos soberania

Segurança pública que sejam discursos vazios. Vocês sabem a nossa linha de Segurança pública com direitos humanos? Vocês sabem a nossa linha de que Segurança, sim, é responsabilidade do Município; que prevenção é responsabilidade do Município? Vocês sabem da nossa luta permanente para que haja atividades culturais, de lazer, esportivas nas periferias? Que haja uma política de combate à evasão escolar? Mas não se pode. Nem os que não têm uma visão como nós, de vinculação de direitos humanos com Segurança pública falar em segurança na tribuna e votar a favor de um veto absurdo e autoritário como esse.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir o PLL nº 078/15, com Veto Total.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, todo o mandato, aqui nesta Casa, eu e o Ver. Dr. Thiago, em diversas oportunidades, convivemos com o pessoal do Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul. E temos o prazer de conviver com eles nas suas casas, de jantar com eles, de almoçar com eles - uma vida fraterna com eles. Tivemos várias reuniões no pronto atendimento da Cruzeiro. Estou pegando o pronto atendimento da Cruzeiro como exemplo, porque lá estivemos, junto com a COSMAM.

No dia em que fomos visitar o pronto atendimento, numa das tantas vezes em que fomos visitar o pronto atendimento, lá teve um tiroteio, na unidade do pronto atendimento. Um dos poucos, eu acho que o único pronto atendimento da cidade de Porto Alegre, cuja gestão é da Prefeitura de Porto Alegre. Nos demais, a gestão é feita pelos hospitais particulares de Porto Alegre: pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, pelo Hospital São Lucas da PUCRS; pelo Hospital Moinhos de Vento; pelo Hospital Mãe de Deus; pelo Hospital Conceição. Então, não sei o porquê do Veto a este projeto, se eram essas redes hospitalares que teriam que providenciar, não tem despesa para a Prefeitura, a única despesa da Prefeitura é no pronto atendimento da Cruzeiro, que a Prefeitura poderia exigir contrapartida desses parceiros que estão atendendo.

Agora, o que não pode é os funcionários da saúde de Porto Alegre estarem doentes, o que não pode é as ambulâncias... E os funcionários da saúde, se forem chamados, vão dar uma aula sobre o que era a segurança que davam as ambulâncias quando ficavam nos prontos atendimentos. Só aí já havia uma segurança, Ver. Alberto Kopittke. Porque quando chegava uma pessoa baleada, Ver. Pujol - e não interessa se é marginal, porque, muitas vezes, não é um marginal, muitas vezes, é um cidadão que está baleado, e a família quer saber como está o seu cidadão, a família quer saber o estado em que está a pessoa e a família vai cobrar de quem está atendendo -, os funcionários pegavam a pessoa e botavam na ambulância e mandavam para o lugar específico para a pessoa ser atendida. Hoje em dia, não tem mais ambulância nos prontos atendimentos. Tem que ligar para o SAMU. No início, discuti muito isso com o Ver. Alberto, tenho dificuldade, de vez em quando, de entender alguns projetos, e o Ver. Alberto me explicou: “Não, Janta, nós não estamos beneficiando ninguém, isso é para beneficiar o povo e os funcionários da saúde”. Conversamos com o pessoal da saúde e eles disseram: “Janta, esse é um projeto que vai nos ajudar”. Hoje eles falam isso, e o projeto é bem específico: ele dá uma nova vida aos prontos atendimentos, prevê câmara de monitoramento, prevenção para que as pessoas não entrem armadas. Convido os Pares a ver vídeos, no YouTube, do Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul, o banguê-banguê que é o Pronto Atendimento, as gangues, as quadrilhas entrando com armas de grosso calibre e exigindo que seus comparsas, mesmo chegando mortos, sejam salvos. Apontando pistolas e armas de grosso calibre para os profissionais da saúde, exigindo que seus comparsas, já mortos, sejam salvos! Aí nós queremos que a Guarda Municipal, com uma arminha de choque, vá lá e tome uma atitude?! Nós estamos brincando, não é, gente? Nós estamos falando aqui em salvar vidas, e esse projeto fala em salvar vida: a vida das pessoas que estão no pronto atendimento e a vida dos

profissionais da saúde, funcionários da saúde, funcionários da Prefeitura de Porto Alegre que estão lá atendendo. E já que os prontos atendimentos, com exceção do PACS, todos foram entregues à iniciativa privada, foram entregues, volto a dizer, ao Moinhos de Vento, à PUC, ao Conceição, eles que estarão arcando com isso; o gasto da Prefeitura será bem dizer zero, ela pode exigir uma contrapartida desses parceiros, e tenho certeza de que será para o bem da população de Porto Alegre. Então nós vamos encaminhar para derrubar o Veto do Sr. Prefeito a esse projeto que vem para salvar vidas e ajudar na segurança pública da cidade de Porto Alegre. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Dr. Raul Fraga está com a palavra para discutir o PLL nº 078/15, com Veto Total.

O SR. DR. RAUL FRAGA: Sr. Presidente, Ver. Cassio Trogildo; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, todos que nos assistem, eu já tenho muitos anos de medicina, participei, inúmeras vezes, de atendimentos a pessoas esfaqueadas, baleadas. Estive um período no HPS, em que, no nosso dia a dia, muitas vezes, isso passava pelo nosso atendimento; mas eram coisas ocasionais, digamos assim, não eram coisas que aconteciam em todos os plantões. Hoje, nós vivemos, no nosso País – não só na nossa Cidade ou no nosso Estado –, um processo de insegurança coletiva, total. Cada cidadão tem aquela dificuldade que teve agora essa senhora que, infelizmente, faleceu em São Leopoldo, um latrocínio. Todos nós estamos sujeitos, e não é por ser bandido, Vereador ou médico; ninguém está livre. A coisa está espalhada enormemente no nosso dia a dia.

Então eu acredito que este projeto dialoga entre a segurança e a saúde, favorecendo o usuário e favorecendo aquele profissional da saúde que está ali desempenhando as suas atividades. Muitas vezes, pessoas que não têm nenhuma doença mais grave, mas que precisam de alguma ação do serviço de saúde, por não encontrar uma atenção às suas necessidades nos postos abertos durante 24 horas na periferia, acabam dentro das emergências, sem a necessidade de lá estarem. Hoje, infelizmente, a pessoa baleada ou esfaqueada passou a ser uma coisa normal no nosso dia a dia. Nós ligamos a televisão, ouvimos o rádio, falamos com um amigo, e lá vem a notícia, que é a prioridade hoje dos nossos meios de comunicação, e não por acaso, mas porque a violência no nosso Brasil está praticamente incoercível. Quer dizer, não temos feito ações que realmente façam com que a violência melhore.

Eu sou daqueles que defendem, com certeza, a unificação das polícias. Nós precisamos ter uma única gestão, fazendo com que as polícias, sejam elas quais forem, trabalhem à disposição do cidadão 24 horas por dia. Nós sabemos que, muitas vezes, uma cidade como Porto Alegre tem um número insuficiente não só de brigadianos, mas de todas as ações de policiais, de Polícia Civil, etc. Vamos indo assim, vamos nos virando, como se diz. Precisamos melhorar, mas, para que nós melhoremos, são múltiplas as ações. Essas ações que visam, como o projeto apresentado, favorecer um

atendimento melhor, dar uma tranquilidade melhor para as pessoas, em especial as que estão envolvidas no dia a dia nas ações dentro das nossas unidades que atendem esse tipo de situação. Na realidade, são poucas em Porto Alegre, deveríamos tê-las em maior número. Acredito que está na hora de nós valorizarmos a saúde e a segurança neste País. Acredito que a educação, a infraestrutura são extremamente necessárias, mas vejo que se nós valorizamos a vida em primeiro lugar, nós estamos na direção do que a população precisa e espera do poder público: uma gestão que vá a favor da população, da comunidade. Não poderia deixar de ser favorável a essa iniciativa, porque acredito que isso vai trazer uma tranquilidade parcial, vai amenizar o dia a dia das pessoas que estão nas emergências, nas urgências que atendem o esfaqueado, o baleado e que sabem o estresse e o que representa isso para cada um dos envolvidos, seja como paciente ou no atendimento. Quero reforçar a posição favorável ao projeto e vamos em frente, sempre lutando por uma saúde e uma segurança melhor no nosso País. Muito obrigado e saúde para todos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Apregoo o comunicado de retorno da Licença para Tratar de Interesses Particulares do Ver. Prof. Alex Fraga, passando a exercer a Vereança pelo PSOL a contar desta data.

A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra para discutir o PLL nº 078/15, com Veto Total.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, Ver. Alberto Kopittke, venho a esta tribuna defender a derrubada deste Veto. Acho que a Prefeitura de Porto Alegre terá muito a ganhar se o Veto for derrubado e nós tivermos essa lei.

Desde 1962, fui trabalhadora na Saúde. Tenho experiência na área da administração da saúde durante 32 anos na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tive experiências na faculdade de medicina, inclusive fui secretária do Departamento de Medicina Preventiva na Saúde Pública e Medicina do Trabalho, onde iniciei um processo que é estratégico para a área da Saúde, que é compreender não apenas sob a ótica da equipe multidisciplinar a porta de entrada, mas todo o complexo de saúde, inclusive os complexos de emergência. Também trabalhei no Hospital Ernesto Dornelles, na equipe de Anestesia do Dr. Lafaiete Brandão, e trabalhava diretamente na sala de recuperação, era assim que se chamava na época. Então, vivenciando os mais diversos traumas e experiências ali. E tive a honra de ser, na gestão do presidente Lula, e do Ministro Temporão, diretora superintendente do Grupo Hospitalar Conceição. E quero aqui trazer, dentro do Grupo, o Cristo Redentor, que é uma grande referência em emergência e trauma, em queimados e acidentes oriundos da violência. Por isso que eu digo do significado de uma legislação como essa. Inclusive, dentro do Grupo Hospitalar Conceição, especificamente, no Cristo Redentor, nós vivenciamos, como superintendente, uma situação de resgate, por disputas, de resgate de um paciente. Não

é qualquer coisa. E eu depois aprofundo isso sob a ótica das vidas que lá estão, e da saúde e da vida dos trabalhadores, porque é muito complicado para os trabalhadores, porque atinge a sua saúde física, mental e emocional, um processo como esse.

Em primeiro lugar, esse Projeto humaniza o atendimento. Para o profissional de saúde, quem chega, com risco de morte, ou risco de vida, à beira da morte, seja por trauma ou queimadura, por ferimento por arma branca e arma de fogo, fruto da violência e da falta de segurança pública, inclusive, a forma discriminatória com que são tratados, principalmente, jovens da periferia, que são os mais atingidos hoje pela violência, para nós, profissionais de saúde, o que chega ali é uma vida, e não tem cor, não tem origem de classe, não tem discriminação. Uma vida tem que ser salva. E esse projeto, sem dúvida nenhuma, salvará muitas vidas. E eu continuo na defesa, dizendo isso: Os profissionais de saúde estão ali para salvar, independente de quem seja, independente do trauma causado e do por que do trauma causado. Esse é um juramento que nós, profissionais de saúde, fazemos na nossa formatura, nas nossas profissões, ao decorrer do processo de ensino dentro das nossas universidades – eu venho da Universidade Federal do Rio grande do Sul - é a questão da ética, da humanização do atendimento e a questão do juramento que fazemos.

Sob o ponto de vista da questão da segurança não é só a segurança daquele paciente que está ali, daquela vida que nós temos obrigação de fazer de tudo para salvar, mas a segurança dos trabalhadores. E aí eu digo que vivi de perto essa situação com os nossos trabalhadores. A nossa disputa não é uma disputa de resgates, de origem, de onde é que ocorreu, da violência que ocorreu: a nossa disputa é entre a vida e a morte, e nós temos que optar pela vida.

A terceira questão vai além dos direitos humanos, que são os direitos dos trabalhadores, Ver.^a Fernanda, e o direito daquela vida que está ali para nós salvarmos: é a diminuição dos gastos, eu quero chamar atenção para isso. Não é a Prefeitura que vai investir, quem vai investir são os hospitais, sejam públicos ou privados, porque o investimento para garantir uma área especializada para esse tipo de acidente gradativamente vai diminuir os gastos, pois especializa a área, dinamiza o atendimento, gera o salvamento e gera uma expertise importantíssima sob o ponto de vista de equipamentos e de uma equipe especializada. Então, investimos para depois, além de salvar vidas, nós temos uma equipe especializada que vai garantir o salvamento, e nós vamos diminuindo...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

A SRA. JUSSARA CONY: ...E nós temos que pensar assim sob o ponto de vista, principalmente, do dinheiro público. Por exemplo: o investimento no Hospital Cristo Redentor vai ser do Ministério da Saúde; o investimento em hospitais privados vai ser dos próprios hospitais.

E nessa questão de formar equipe especializada, nós vamos ter que investir para, depois, ganhar sob o ponto de vista da vida e, também, de todo um processo que garante que essa equipe vai estar mais preparada, inclusive emocionalmente, para esses atendimentos. É assim que nós vamos fazer uma saúde pública melhor.

Ver. Kopittke, eu quero, como profissional de saúde, parabenizar V. Exa., porque esse é um projeto que, se estivéssemos na Prefeitura, nós o abraçaríamos. Se tem problema de vício de origem, que a Prefeitura mande para esta Casa que nós aprovaremos.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLL nº 078/15, com Veto Total.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Presidente Cassio; Vereador Kopittke, autor da proposta, que teve a sensibilidade de perceber que, para além da violência que sofre a população de Porto Alegre, nós temos que ter um olhar específico para a atuação dos agentes públicos. Daqui a pouco começarão as aulas e sabemos como estão as nossas escolas na relação comunidade, quando há a ausência do Guarda Municipal, da segurança pública, de políticas de segurança, de trabalho com os professores para distinguirem a inquietude dos jovens em situação de violência. Nesse caso específico, a garantia da segurança das equipes de saúde, dos agentes de saúde, dos médicos, dos enfermeiros que atendem a população carente da nossa Cidade e que é a política pública que, necessariamente, sem ser dos agentes de segurança, vai atender o baleado, o bandido, quem está envolvido em alguma situação de crime, de latrocínio, de assassinato, de guerra. As demais políticas são as da normalidade, mas essa política de saúde atende no caso da crise. Seguiram-se as notícias do Postão aqui da Grande Cruzeiro, que são notícias bastante assustadoras, seja pelos doutores aqui presentes, seja pelas condições de atendimento, do cotidiano que, infelizmente, aquele Posto tem, porque é muito exigido, muito importante para aquela grande comunidade e, ao mesmo tempo, está sempre em obras, está sempre degradado, sempre exposto ao lixo, à falta de um contexto adequado no seu entorno, e à falta de políticas para aquela população do entorno. Aquele postão está sempre com uma apresentação ruim, com falta de pessoal e sob pressão. Ouvíamos agora há pouco a notícia de que doentes estavam acomodados no chão, nos colchões, e acredito que a COSMAM deva visitar, mais uma vez, o PAN 3. Ora, quando o Vereador Kopittke propõe essa iniciativa de que, de fato, é uma realidade e que o Ver. Dr. Raul testemunhou, e que é cada vez mais comum na nossa Cidade, que cada vez é mais violenta, onde há uma ausência – é bem verdade, foi dito aqui e eu devo dizer que assinando embaixo – de gestor público pensando na segurança pública da Cidade, pensando e exigindo a integração de ações, valorizando o seu Conselho Municipal de Segurança Pública, que é completamente desvalorizado, não ouvido, não estimulado, não apoiado. Fóruns de segurança regionais, que alguns bravamente sobrevivem, sem apoio, sem investimento, sem uma ação prioritária do

Governo Municipal. Então, todo tema da segurança da cidade de Porto Alegre, o resultado de ela ser tão violenta e lamentavelmente figurar entre as 20 cidades mais violentas do mundo, não é apenas uma grave consequência da ausência de Governo de Estado, que compreenda a gravidade de não nomear os agentes de segurança, a Brigada, as polícias, de reduzir hora extra, de não ter política de segurança integrada e inteligente, é, sim, da ausência de uma cidade que se comprometa com a segurança de um Prefeito, de uma Prefeitura, de uma gestão que se comprometa com a segurança do cidadão e da cidadã. E o veto a este projeto está no bojo, é um veto que demonstra esse descompromisso, que não compreende que os agentes de saúde estão desistindo, estão sob pressão, estão sem estímulo e estão com medo, porque estão sujeitos à violência ao atender as vítimas e os autores da violência. Então, este veto está no marco de uma gestão de cidade que não pensa que tem compromisso com a segurança pública dos seus cidadãos e dos seus trabalhadores em saúde. Depois, se der oportunidade, eu peço que todos acessem a avaliação que o Conselho Municipal de Saúde fez do relatório do quarto trimestre da saúde em Porto Alegre. De novo, o Conselho afirma: falta equipe médica, falta ação integrada, falta uma política de pessoal, falta investimento, falta um sistema de saúde. É nesse bojo da falta de saúde que há esse descaso com os trabalhadores e as trabalhadoras da saúde, com os usuários das emergências e urgências que ali também estão expostos.

Eu espero que o conjunto dos Vereadores derrube este veto e exija que o Governo Municipal crie condições de segurança para nós continuarmos tendo atendimento em saúde na periferia da nossa Cidade, no pronto socorro da nossa Cidade. Se nós não cuidarmos nem da segurança das nossas equipes de saúde, nem das condições de trabalho, do estímulo, de quem é atendido na hora da saúde e do cuidado de um acolhimento humanizado – que o conselho está dizendo que não existe –, nós renunciaremos a ter o Estado, ou seja a Cidade, presente onde a população mais precisa e no momento em que ela mais precisa. Derrubemos o veto.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Aviso às Sras. Vereadoras e aos Srs. Vereadores que, tão logo tenhamos terminada a apreciação dos vetos, faremos a eleição dos membros das Comissões Permanentes.

A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para discutir o PLL nº 078/15, com Veto Total.

A SRA. MÔNICA LEAL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, utilizo a tribuna para falar sobre o projeto do Ver. Alberto Kopittke, antes fazendo alguns registros que eu penso que são extremamente importantes, e eu diria que, pelo Ver. Kopittke ser marinheiro de primeira viagem, muitas vezes a emoção toma lugar da razão, e aí ele sai, estapafurdidamente, agredindo aqueles que não concordam com suas teses. Eu compreendo, até porque ele é um Vereador jovem, mas principalmente é importante registrar que a oposição, que é a esquerda, tão defensora

dos direitos humanos, das diferenças, tem que aprender a respeitar os diferentes pensamentos. Eu penso de uma maneira completamente diferente da dele, e acredito que mereça o devido respeito. Então falta um pouco de maturidade a esse Vereador, e eu gostaria de pontuar a questão em si aqui.

O projeto do Ver. Kopittke tem fundamento, mas ele esbarra na parte legal, e é disso que nós temos que tratar neste momento. Ele é um projeto, na área da segurança, que eu vejo que tem fundamento – reconheço isso! –, mas eu não posso passar batido pela parte legal. Vejamos: fere a LOMPA, a Lei Orgânica. Primeiro ponto: não é competência de um Vereador tratar dessa questão, que é administrativa, é do Executivo, é do Governo. Então nós queremos mostrar para os demais colegas que quem está a favor do veto, porque aponta as partes legais, não está, de forma alguma, com dois pesos e duas medidas: quer segurança, mas não vai votar a favor do projeto do Vereador, e aí não está defendendo a segurança. Não, nós estamos tratando da parte legal, e isso é importante. Eu tenho pontos aqui, como uma outra questão. Vamos lá: o Conselho de Medicina... E eu vou ler, porque há pouco o Ver. Alberto Kopittke, num rompante emocional, passou por mim e disse que só vai voltar a falar com esta Vereadora depois que eu voltar para o estado democrático de direito. Então, ele está brabo comigo neste momento porque eu quero “pau” nos bandidos e quero uma legislação mais dura; e estou pedindo aos Deputados federais que façam isso, porque estou cansada. Chega de violência! E vou continuar defendendo, nesta tribuna, mais rigor! Bom, é um direito que eu tenho, ele vai ter que respeitar as diferenças. Mas eu quero e gostaria, Ver Kopittke, que o senhor me ouvisse, assim como eu lhe escutei. Vamos lá, os diversos Conselhos de Medicina citam aqui: “a implantação do sistema possa ocorrer em todas as áreas de circulação livre de um hospital, preservando-se, no entanto, aquela em que médicos e enfermagem tenham contato com pacientes em circunstâncias nas quais exigem a preservação do direito à privacidade e à garantia do sigilo na relação entre os mesmos, sendo, pois, inadequada a utilização de câmeras de TV em enfermarias, salas de exames, consultórios, salas de partos e salas de cirurgia, evitando-se assim a possibilidade de infrações éticas consoantes aos arts. 28, 38, 73, 76 do Código de Ética Médica”.

Bom, enfim, o que eu quero dizer? Mais uma vez, o projeto do Ver. Alberto Kopittke tem fundamento, mas nós estamos esbarrando na parte legal! E o Líder do Governo, Ver. Kevin Krieger, conversando comigo, disse que esse foi um projeto construído com o Secretário da Saúde. Ele está trabalhando, está empenhado nisso, ninguém aqui está fazendo terra arrasada ao projeto do Ver. Alberto Kopittke. Nós estamos apenas pontuando a parte legal, nós precisamos resolver.

Eu, como uma Vereadora legalista, que norteia a minha caminhada, os meus votos – é a parte legal, Ver. Alberto Kopittke –, quero lhe dizer, mais uma vez em alto e bom som, que o senhor pode voltar a falar comigo mesmo que eu defenda leis duras, um pacto social que modifique essa impunidade, essa forma de o bandido ter todos os direitos humanos do mundo e o cidadão de bem nenhum. Nós estamos desarmados...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

A SRA. MÔNICA LEAL: ...Para finalizar, Ver. Alberto Kopittke, eu subi à tribuna há pouco e defendi um pacto social que se altere a legislação em relação a esses tipos penais que assustam e amedrontam a sociedade, que é o que nós assistimos diuturnamente. Eu vou continuar defendendo leis mais duras, mudança no Código Penal, que os bandidos tenham tratamento de bandido e que a população volte a usar armas para se defender, porque quem tem que ter medo é o criminoso, o bandido, e não o cidadão de bem. Quanto ao seu projeto, derrubando essa parte que eu vejo que esbarra na parte legal, o seu projeto tem fundamento e acredito que o Líder do Governo está justamente tratando dessa questão. Era um registro que eu precisava fazer.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o PLL nº 078/15, com Veto Total. (Pausa.) O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 078/15, com Veto Total.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Colegas Vereadores e Vereadoras, público que nos assiste pela TVCâmara e pela Rádio Câmara, nós estamos aqui para fazer leis – esse é o propósito desta Casa e de termos sido eleitos pela população. O projeto do Ver. Alberto Kopittke é muito simples, é um projeto muito claro, e se nós não pudermos fazer um projeto desses, não tem por que estarmos aqui. Nós estamos dizendo para o Executivo que a cidade de Porto Alegre tem que preservar a vida dos seus funcionários da área da Saúde, ponto. Primeiro, o Ver. Alberto Kopittke, um homem que entende da área de segurança pública, que trabalhou no Ministério, trabalhou na prefeitura de Canoas, um homem que se elegeu com esse intuito e que tem contribuído com esta Casa está dizendo no seu projeto que nós temos que preservar a vida dos funcionários, dos profissionais na área da saúde. Nós tivemos aqui nesta tribuna três médicos desta Casa que deram o seu depoimento, e mais uma profissional, gestora da área de saúde, que deram seus depoimentos, aqui – três profissionais médicos, uma gestora e uma funcionária da área da saúde. Nós tivemos aqui membros da Comissão de Saúde desta Casa, Vereadores que atuam nessa área da saúde, eu sou um usuário da saúde e tenho atuado muito nessa área, com projetos e grupos de saúde que dizem que querem preservar a vida da população. O Dr. Thiago devia ter mostrado os vídeos que temos. Eu tentei, mas me deram um telefone novo e não sou muito adepto à tecnologia, então estava tentando, mas o Dr. Thiago tem alguns vídeos e deveria mostrar os absurdos que acontecem nos pronto atendimentos. E hoje só há um pronto atendimento! Volto a repetir que a gestão do pronto atendimento é feita pela Prefeitura de Porto Alegre, a gestão dos outros pronto atendimentos foi dada a instituições privadas e até federais em Porto Alegre – PUCRS, Hospital Moinhos de Vento, Hospital Mãe de Deus, Grupos Hospitalar Conceição –, eles é que cuidam dos pronto atendimentos.

Então, não tem por que esta Casa não aprovar uma lei e exigir que essas empresas, que visam lucro, tanto que brigam pela filantropia, invistam em garantir a vida dos profissionais, que hoje em grande parte estão afastados por problemas de saúde, por síndrome de pânico, porque estão atendendo e chegam pessoas armadas, cujo projeto prevê controlar e barrar de forma eletrônica, filmar com inteligência. Portanto vimos novamente reafirmar o encaminhamento para que os Vereadores derrubem esse veto. Não entendemos por que o Executivo vetou esse projeto. Acho que o Executivo, com toda a catástrofe que houve em Porto Alegre nesses dias, deve ter sido mal assessorado na hora de vetar esse projeto, que simplesmente salva vidas na cidade de Porto Alegre, vida dos profissionais de saúde e vida da população da Cidade que usa os pronto atendimentos, os nossos hospitais, bem como suas emergências. Com muita força, fé e solidariedade, vamos salvar a vida dos porto-alegrenses.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 078/15, com Veto Total.

O SR. ALBERTO KOPITTKKE: Caros colegas, venho encaminhar a matéria e peço só 20 segundos da atenção de todos, o Ver. Dr. Thiago me sugeriu um vídeo que está nas redes sociais, eu peço desculpas pelas imagens, mas ele ilustra muito bem o que o projeto busca propor que não ocorra.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

O SR. ALBERTO KOPITTKKE: Esse é o Postão da Cruzeiro e, se não me engano, em maio do ano passado, esse foi um dos ataques ocorridos em situações como essa na Cidade. É muito rápido, um homem estava sentado, aguardando atendimento, foi baleado e ficou no corredor comum ali. Por sorte, não há profissionais da saúde no meio. E ele é executado ali no Postão, já dentro da área de atendimento. Por sorte, não havia um profissional de saúde ali junto nesse triste episódio. Não me interessa quem é, a perda de uma vida sempre vai ser triste, mas ele estava dentro da área de atendimento. E a proposta é que, ao invés de estar ali, ou estar em alguma área onde outros pacientes estejam, que ele fique numa área separada, protegendo os profissionais de saúde que o atendem, como os três médicos que nós temos na Casa, de partidos diferentes, a quem agradeço o apoio. Inclusive, aqui estamos falando de algo totalmente suprapartidário. A Ver.^a Jussara, também como profissional de saúde, relatou a sua vivência, passou por uma situação dessas dentro do Hospital Cristo Redentor. Então, nós temos divergências ideológicas, políticas, partidárias, só que eu procuro tratar desses temas de forma propositiva. Acho que as pessoas também esperam, sejam marinheiras de primeira, de segunda, de décima viagem, que a política seja propositiva. Sempre que eu discuto segurança, procuro trazer propostas concretas: que deram certas em algum lugar, que foram experimentadas, que vão ajudar a Cidade ou algum segmento. E foi o caso, Ver.

Kevin, a quem já agradeço pelo esforço do diálogo que fizemos aqui no momento de discussão deste projeto, ele me atendeu, soube dialogar, porque não é um projeto do PT, do Ver. Alberto. E derrotá-lo não seria uma derrota para mim, porque a realidade está lá, vai continuar hoje, esta madrugada, na outra; a situação, como todos nós sabemos, é crítica e vai se prolongar, independente de visões diferentes de mundo. E medidas emergenciais têm que ser tomadas principalmente para aqueles profissionais da saúde que estão atendendo, cumprindo seu juramento de salvar vida de qualquer ser humano. Eu acho que é algo que podemos fazer. Infelizmente, não tive oportunidade de dialogar com a Prefeitura, inclusive, juridicamente, divirjo do parecer, tanto do ponto de vista que traz a questão médica, porque já argumentei aqui que o caso da Câmara, que é um dos mecanismos de segurança, tem o objetivo de estar neste corredor aqui, como está, exatamente esta, e mais outras, melhores, que a gente possa identificar quem entrou. E o projeto ainda propõe seguranças armados, para evitar que essas pessoas entrem, protejam o profissional de saúde que está ali atendendo, não pode estar preocupado se vão entrar ali ou não, quem é ou não é – uma vida tem que ser salva. O Ver. Flecha também fez uma manifestação. Eu agradeço o bom debate que fizemos, respeitoso, em cima de uma proposta concreta. É como o Ver. Janta muito bem colocou: hoje a saúde é praticamente atendida por hospitais privados, que são conveniados com a Prefeitura, e cabe a eles dar garantia aos profissionais que lá trabalham. Por isso o projeto não tem nenhuma ilegalidade, não é um ato administrativo. Trata-se, sim, de uma legislação pertinente para a Cidade. Eu peço a avaliação pela realidade que vivemos, pela situação dos profissionais que lá estão e pelo ato que nós podemos tomar aqui, propositivo, nessa situação tão triste de violência que a nossa Cidade vive. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 078/15, com Veto Total.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, dizem que só não muda de opinião quem não a tem. Entre o meu pronunciamento anterior e este encaminhamento de votação, vários fatos surgiram me esclarecendo algumas situações concretas que ocorreram durante a votação deste projeto originariamente.

Acho que toda a nossa discussão se deu em função de um projeto que resultou aprovado com uma redação diferente da que inicialmente ele era portador e que, evidentemente, mereceu, inclusive, ajustes na Comissão de Constituição e Justiça quando da aprovação da redação final, ensejando o teor que efetivamente consta.

Eu não dispunha deste fato, deste elemento, porque cheguei nesta Casa protestando que, quando eu pedia as coisas, me diziam que estavam na Informática. A nossa Informática não tem sido tão ágil quanto queremos. Na Informática não constava o teor da redação final, que altera algumas situações, mas, no meu entendimento – e aí eu quero dizer que eu teria tranquilamente razões e coragem suficiente para mudar de

opinião, se fosse necessário, reconhecendo os bons propósitos dos que propuseram o projeto e daqueles que construíram emendas procurando corrigir alguns equívocos –, resta um erro básico, e, por isso, me mantenho na posição anteriormente colocada. Queremos, pelo projeto, transferir para a administração hospitalar a responsabilidade de tarefas que não são da administração hospitalar; serão, no máximo, do Município, através da sua Guarda Municipal, ou do Estado, através dos agentes de segurança, nunca da administração hospitalar. De resto, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, ouvindo com atenção o nosso proponente principal, autor originário do projeto, Ver. Alberto Kopittke, ele fala que ele propôs regras gerais para os hospitais, não para uma área em especial. Não é o que está escrito na ementa, não é o que está escrito na redação final, que fala em criação de ala especial, onde haveria sistema de videovigilância e também vigilante preparado para situações de violência. O vigilante, Sr. Presidente, não é um agente da segurança pública; o vigilante é uma contratação, Ver. Márcio Bins Ely – V. Exa. refere isso no seu parecer -, de uma empresa particular, que nem sempre tem essas condições, nem os hospitais, na sua maioria, têm esses planos. Porque, convenhamos, senhores, nós estamos fazendo uma lei dizendo que “...obriga os estabelecimentos de saúde que recebem pacientes feridos por arma de fogo ou arma branca a dispor de área especial na ala de internação e na ala de atendimento de urgência e emergência, com os requisitos de segurança que especifica.” O quer dizer que os que não recebem não estão obrigados por essa lei. Como, pelo que sei, em Porto Alegre, quem recebe é só o Hospital de Pronto Socorro e ocasionalmente alguma coisa lá no Cristo Redentor, a regra geral que se imagina desaparece. Porque se agora os hospitais que não recebem ordinariamente, excepcionalmente tiverem que atender, vão dizer: “não podemos atender porque não temos a ala prevista pela legislação municipal.” Por isso, Sr. Presidente, respeitosamente, observo inclusive que inúmeros colegas meus pertencentes à base do Governo vão votar pela manutenção do projeto, a minha posição não é como Vice-Líder do Governo, eu não me sinto autorizado, neste momento, a falar pelo Governo, falo pela minha posição pessoal, pela minha posição como Líder, voto pela manutenção do Veto, acompanhando e subscrevendo, inclusive, o excelente parecer do Ver. Márcio Bins Ely. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Solicito a presença dos Líderes aqui na Mesa, por favor. (Pausa.) Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Dez Vereadores presentes. Não há quórum. Está encerrada a Ordem do Dia e os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h03min.)

* * * * *